

I CONFERÊNCIA NACIONAL **DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Arquitetura e Urbanismo para Todos

Relatório Executivo



CAU/BR Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

(Gestão 2011/2014)

Presidente

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz

Coordenador da Comissão de Exercício Profissional 1º Vice-presidente

Antonio Francisco de Oliveira

Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina 2º Vice-presidente

Napoleão Ferreira da Silva Neto

Coordenador da Comissão de Organização e Administração

Anderson Fioreti de Menezes

Coordenador da Comissão de Ensino e Formação

Fernando Moreira Diniz

Coordenador da Comissão de Planejamento e Finanças

Roberto Rodrigues Simon

Coordenador da Comissão Política Profissional

César Dorfman

Coordenador da Comissão de Relações Internacionais

Roberto Rodrigues Simon

Coordenador da Comissão de Política Urbana e Ambiental

Paulo Ormino David de Azevedo

Secretária Executiva do CEAU

Letícia Peret Antunes Hardt

Ouvidor-geral

José Eduardo Tibiriçá

Conselheiros

UF	Titular	Suplente
AC	Clênio Plauto de Souza Farias	Renato Pena Brana
AL	Heitor Antonio Maia das Dores	Pedro Cabral de Oliveira Filho
AM	Rodrigo Capelato	Marcelo de Borborema Correia
AP	Oscarito Antunes do Nascimento	Ana Karina Nascimento Silva Rodrigues
BA	Paulo Ormino David de Azevedo	Raimundo Lopes Pereira
CE	Napoleão Ferreira da Silva Neto	Antonio Martins da Rocha Júnior
DF	Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz	Antônio Menezes Junior
ES	Anderson Fioreti de Menezes	Andre Tomoyuki Abe
GO	Arnaldo Mascarenhas Braga	Daniel Dias Pimentel
MA	Roberto Lopes Furtado	Maria Lais Cunha Pereira
MG	Claudia Teresa Pereira Pires	Rosilene Guedes Souza
MS	Celso Costa	Reginaldo João Bacha
MT	Eduardo Cairo Chiletto	Ana de Cássia Moraes Abdalla Bernardino
PA	Raimundo Nonato da Silva Souza	Mariano de Jesus Farias Conceição
PB	Antonio Francisco de Oliveira	Fabio Torres Galisa de Andrade
PE	Fernando Diniz Moreira	José Luiz Mota Menezes
PI	Ana Karine Batista de Sousa	Sinvaldo Gonçalves de Moura
PR	Laércio Leonardo de Araújo	Luís Salvador Petrucci Gnoato
RJ	Paulo Oscar Saad	Jerônimo de Moraes Neto
RN	Fernando José de Medeiros Costa	Josenita Araújo da Costa Dantas
RO	Silvio Carvajal Feitosa	Ana Cristina Lima Barreiros da Silva
RR	Luiz Afonso Maciel de Melo	João Nelson Piedade Marques Vicente
RS	Cesar Dorfman	Gislaine Vargas Saibro
SC	Roberto Rodrigues Simon	Nelson Saraiva da Silva
SE	Marcelo Augusto Costa Maciel	Fabio José de Matos Barbosa
SP	Miguel Alves Pereira	Daniel Alberto Catelli Amor
TO	Gilmar Scaravonatti	Luis Hildebrando Ferreira Paz
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	José Roberto Geraldine Junior	José Antonio Lanchoti

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO

Arquitetura e Urbanismo para Todos

Apresentação

A criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo representou um marco histórico para a profissão. Era a vitória final de uma luta que começou há mais de 50 anos e que tinha por objetivo garantir aos arquitetos e urbanistas mais autonomia e representatividade junto à sociedade. Foi o fim de uma jornada e o início de outra, a de construir um conselho profissional moderno, atuante e que representasse a nossa voz em fóruns públicos de debate.

Nos seus três primeiros anos, o CAU aprovou diversas normas para garantir o aperfeiçoamento da Arquitetura e do Urbanismo e orientar os profissionais sobre as melhores práticas, como o Código de Ética, a Tabela de Honorários e a Resolução de Direitos Autorais. Também aumentamos a representatividade de arquitetos e urbanistas junto ao Congresso Nacional, por meio dos nossos seminários legislativos, e em colegiados como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Conselho das Cidades.

Esses avanços chamaram a atenção para a necessidade de ampliar o debate interno, entre os arquitetos e urbanistas e o CAU, construindo consensos que orientem nossa atuação política e técnica. Desta forma, o CAU/BR decidiu realizar, a cada três anos, a Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, reunindo profissionais de todo o país, inaugurando um amplo debate sobre exercício profissional, observância às normas técnicas, políticas de ensino, ética profissional, fiscalização e outros temas relacionados à ampla qualificação dos espaços de vida dos cidadãos brasileiros.

A I Conferência aconteceu simultaneamente ao XX Congresso Brasileiro de Arquitetos, entre os dias 22 e 25 de abril de 2014. A realização desses dois eventos no Centro de Convenções de Fortaleza, em horários alternados, permitiu uma expressiva participação de profissionais, estudantes, pesquisadores e convidados nos dois eventos.

Em quatro dias de debates, os 900 participantes da Conferência tiveram sucesso em construir um pacto, técnico e inclusivo, na busca do desenvolvimento qualificado de nossos espaços urbanos, e através destes, da conquista da melhoria do bem estar e da qualidade de vida de toda a população. O documento final e as propostas aprovadas na Plenária Final constituem uma agenda que simboliza o objetivo-tema desta Conferência:

ARQUITETURA E URBANISMO PARA TODOS.

Haroldo Pinheiro

Presidente do CAU/BR

Índice

- 07 *Uma nova etapa para a Arquitetura e o Urbanismo no Brasil*
- 13 *O CAU, a sociedade e as políticas públicas*
- 23 *Formação, exercício e compromisso social*
- 33 *Ética profissional e cidadania*
- 45 *Plenária final*
- 53 *Resultados*
- 65 *Posfácio*
- 67 *Anexos*





CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUITETURA E URB





Uma nova etapa para a Arquitetura e o Urbanismo no Brasil

Cerimônia de Abertura da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo relembrou momentos históricos do CAU, com homenagem a ex-dirigentes das entidades nacionais que lutaram pela criação do Conselho

A Arquitetura e o Urbanismo brasileiros vivenciaram seus momentos mais brilhantes entre as décadas de 1950 e 1960, quando profissionais como Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Paulo Mendes da Rocha, Lina Bo Bardi, João Filgueiras Lima (Lelé) e Vilanova Artigas encantaram o país e o mundo com inovações técnicas e estéticas. Foram além da Arquitetura, influenciando a cultura e a política. Em abril de 2014, reunidos em Fortaleza, mais de 800 arquitetos e urbanistas e estudantes retomaram essa tradição em busca de soluções que atendam não apenas a os problemas da Arquitetura e Urbanismo, mas da sociedade como um todo.

A I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo teve como foco a valorização e o compromisso social da profissão de arquiteto e urbanista. Em quatro dias de intenso debate, foram lembradas as conquistas realizadas desde a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e foram propostas diversas ações para a retomada da importância cultural e política da profissão.

“Estamos aqui para planejar o nosso Conselho para o futuro. Tenho certeza que será um evento muito frutífero”, afirmou o presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, na abertura do evento. Ele listou várias conquistas da categoria proporcionadas pela criação do CAU: o Código de Ética, o primeiro dedicado exclusivamente à Arquitetura e ao Urbanismo; a Tabela de Honorários, que criou referências nacionais para a cobrança de serviços profissionais; a resolução sobre Direitos Autorais, que estabeleceu regras contra a cópia e o plágio; e a definição das atribuições privativas de arquitetos e urbanistas, que deu início a um debate com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) sobre quais atividades cabem a cada profissão.



Haroldo Pinheiro

Arquiteto e urbanista formado pela Universidade de Brasília (1980). Entre seus principais trabalhos, é autor do projeto e membro da direção da obra de 'retrofit' do Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, com supervisão de Oscar Niemeyer; co-autor do anteprojeto de Arquitetura e Urbanismo para alteração no centro urbano de Brasília (Setor Habitacional Norte e Setor de Diversões Norte), com Lucio Costa; e atuou em inúmeros projetos e obras com o arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé), fundando, em sociedade, o Instituto Habitat. Foi presidente nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e membro do Conselho Superior da União Internacional dos Arquitetos (UIA). Atualmente é presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

"Gostaria aqui de citar três atos que têm uma profunda dimensão política para a Arquitetura e o Urbanismo. Atos que podem parecer simples, assuntos meramente administrativos, mas são decisões profundas, que já existiam antes mesmo da formação do nosso conselho", disse o presidente do CAU/BR. São atos que representam uma alavanca política para que a profissão cresça em todo o território nacional, e que garantem dignidade e independência a profissionais de todos os estados do Brasil:

- A instalação de uma sede do CAU em cada unidade da federação. Essa foi uma decisão política que garantiu em cada estado uma representação do Conselho, sem que arquitetos e urbanistas de um estado dependessem de outro;

- A criação do Fundo de Apoio, previsto na Lei 12.378, para que nenhum estado ficasse dependente do CAU/BR ou de apoios que possam servir ao uso político. Para que tivessem independência e dignidade em suas representações;

- O Centro de Serviços Compartilhados, uma estrutura tecnológica única e nacional de armazenamento de dados e de atendimento para que os arquitetos e urbanistas tenham a mesma qualidade de atendimento em todo o país. O que há de mais contemporâneo em sistemas de informação e de inteligência geográfica está disponível no Brasil inteiro.

As boas-vindas aos participantes do evento foram feitas pelo presidente do CAU/CE, Luciano Guimarães. "Fortaleza e os arquitetos e urbanistas cearenses sentem-se prestigiados em abrigar a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo e o XX Congresso Brasileiro de Arquitetos e Urbanistas", afirmou. O presidente do IAB-CE e organizador do XX CBA, Antônio Custódio dos Santos Neto, disse que foram necessários dois anos de muito trabalho para que os dois eventos acontecessem em Fortaleza. "Esperamos que seja um marco para a nossa profissão."

Raquelson Lins, presidente do CAU/RN e representante do Fórum de Presidentes dos CAU/UF, destacou a importância da criação do Conselho. "Nós vemos o quanto avançamos no sentido de consolidar a profissão. Nesses três anos, a profissão já é outra, a autoestima dos profissionais é outra", afirmou. Representando o Colegiado Permanente das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) – que integra Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA), Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) –, Letícia Peret Hardt apresentou o apoio de todas essas organizações à realização da Conferência. "Esperamos que essa ocasião de conagração e proatividade produza resultados em prol do aprimoramento técnico da Arquitetura e do desenvolvimento profissional. Esperamos que seja o primeiro de uma série de eventos bem-sucedidos", disse Letícia.



1



2



3



5



4

Na foto acima, Mesa de Abertura da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.

Da esquerda para a direita: Luciano Guimarães, presidente do CAU/CE (também na foto 5); Raquelson Lins, presidente do CAU/RN (3); Haroldo Pinheiro, presidente do CAU/BR (4); Leticia Peret Hardt, secretária-executiva do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (2); e Antônio Custódio dos Santos Neto, presidente do IAB/CE.

Ao lado, a plateia e convidados da I Conferência.



6

HOMENAGEM À CRIAÇÃO DO CAU

A abertura da Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo ficou marcada pela homenagem a um momento histórico da profissão: a aprovação da Lei 12.378, de 2010, que regula o exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil e cria o CAU/BR e os CAU/UF. Em nome de todos os profissionais que fizeram parte dessa luta histórica que se desenrolou por mais de 50 anos, foram homenageados os arquitetos que, à época da edição da lei, dirigiam as entidades nacionais da área.

Os homenageados foram: Gilson Paranhos, ex-presidente do IAB Nacional; Fernando Costa, ex-coordenador do Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA); Saide Kahtouni, ex-presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP); José Antonio Lanchoti, ex-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA); Ângelo Arruda, ex-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA); Lucas Faulhaber, ex-diretor-geral da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA); e Ronaldo Resende, presidente da Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA) – este último representado no evento pelo arquiteto e urbanista José Eduardo Tibiriçá, ouvidor-geral do CAU/BR.

Os arquitetos receberam uma placa comemorativa do CAU/BR agradecendo pelos esforços pela aprovação da Lei 12.378. Uma luta que começou há mais de 50 anos, em fórum do IAB realizado em 1958, quando foi encaminhado ao presidente Juscelino Kubistchek um projeto de lei para desmembrar o então Conselho de Engenharia e Arquitetura, criado por decreto em 1933.

Em 2003, as entidades se uniram para propor novamente um projeto criando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), apresentado à sociedade em ato público realizado em São Paulo. Em 2007, o projeto, apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), foi aprovado na Câmara e no Senado, mas durante o processo de sanção presidencial o Palácio do Planalto alertou que havia um “vício de origem” no projeto: ele deveria ser apresentado pelo Poder Executivo, e não pelo Legislativo.

Porém, reconhecendo o mérito e a necessidade de criação do CAU, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a redação de um PL com o mesmo teor aos ministérios envolvidos, encaminhado à Câmara dos Deputados quase um ano depois e, finalmente, sancionando em 2010.

Em nome de todos os homenageados na Conferência, Fernando Costa, conselheiro do CAU/BR pelo Rio Grande do Norte, lembrou dos dias de agitação e expectativa que antecederam a aprovação da Lei 12.378. “Estávamos quase toda semana em Brasília. Lembro de momentos marcantes, como a audiência pública na Comissão de Trabalho da Câmara, quando foi lida a carta de Oscar Niemeyer em defesa da criação do CAU; a aprovação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, o que levou quase dois anos; os praticamente trinta segundos que demorou no Senado, e as oito horas de espera no pilotis do Palácio do Planalto, enquanto a lei era sancionada pelo presidente Lula”, disse Fernando. “Esta é uma justa homenagem a todos que trabalharam 50 anos para a realização deste sonho. Estendo-a a todos os colegas que participaram desta batalha”.



Na foto superior, ex-presidentes das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo atuantes à época da criação do CAU são homenageados na Conferência. Da esquerda para a direita: Gilson Paranhos, ex-presidente do IAB Nacional; Lucas Faulhaber, ex-diretor-geral da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA); José Antonio Lanchoti, ex-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA); José Eduardo Tibiriçá, ouvidor-geral do CAU/BR*; Saide Kahtouni, ex-presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP); Fernando Costa, ex-coordenador do Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA); e Ângelo Arruda, ex-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA).

* José Eduardo Tibiriçá recebeu a placa comemorativa em nome do arquiteto e urbanista Ronaldo Resende, presidente da Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA).





Protesto no Rio de Janeiro. Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil



O CAU, a Sociedade e as Políticas Públicas

Primeiro dia de debates da Conferência apontou caminhos para ampliar a ação política de arquitetos e urbanistas junto à sociedade civil

Um dos principais objetivos da Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo foi organizar a atuação política de arquitetos e urbanistas, fornecendo ao CAU diretrizes de ação para os próximos anos. O eixo temático “O CAU, a Sociedade e as Políticas Públicas” discutiu exatamente como fazer isso. A mesa coordenada pela conselheira do CAU/BR Claudia Pires e pelo presidente da FNA, Jeferson Salazar, convidou a historiadora e socióloga Maria Alice Rezende de Carvalho e o jornalista Washington Novaes para apontar possíveis caminhos para atuação política dos arquitetos e urbanistas em defesa do melhor planejamento das cidades e pelo oferecimento de condições justas de habitação para todos.

O CAU vem promovendo ações constantes para ampliar esse diálogo dos arquitetos e urbanistas com a sociedade, principalmente por meio de ações junto a membros do executivo, senadores e deputados. Anualmente, realiza-se em Brasília o Seminário Legislativo do CAU/BR, onde arquitetos e urbanistas reúnem-se no Congresso Nacional para debater com parlamentares os projetos de lei de interesse da Arquitetura e do Urbanismo. Além disso, o CAU/BR conquistou uma vaga no Conselho das Cidades, instância consultiva do Ministério das Cidades que conta com a participação de várias classes profissionais e movimentos sociais.

Claudia Pires, conselheira do CAU/BR representando Minas Gerais, destacou a necessidade de a categoria retomar valores históricos. “Estamos fazendo parte de um novo momento para a Arquitetura e o Urbanismo brasileiros. Esta Conferência é o momento de aferir se o rumo que temos tomado é o correto”, afirmou. “Estamos vivendo um momento paradigmático de retomada da profissão, principalmente de recuperar o papel da profissão dentro dos governos federal, estadual e municipal. Temos o CAU, temos o Estatuto das Cidades, a Lei de Assistência Técnica, políticas de risco, etc”.

Para a conselheira, é preciso que a classe profissional encontre objetivos comuns que possam servir como pauta de discussão com os poderes públicos, garantindo a participação dos arquitetos e urbanistas no debate público sobre a construção das cidades e a melhoria de vida da população.

Segundo Jeferson Salazar, os profissionais devem buscar expor suas opiniões e posições para a sociedade. “Esta Conferência tem o objetivo de fazer o debate entre nós e também para fora. Fazer com que Arquitetura e o Urbanismo façam parte do cotidiano da população brasileira. Não como uma coisa bonita para ver, mas como algo que faça parte de sua cidadania”, afirmou, lembrando o tema do evento: “Arquitetura e Urbanismo para Todos”.

O debate concentrou-se em encontrar temas e objetivos comuns a toda a sociedade que permitam ao CAU atuar de forma propositiva e eficaz nas políticas públicas que afetam o dia a dia das populações que vivem nos centros urbanos, utilizando equipamentos públicos e transportes coletivos.



Cláudia Teresa Pereira Pires

Arquiteta e urbanista formada pelas Faculdades Metodistas Izabela Hendrix (1992), com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela UFMG (2003). Foi professora titular do Centro Universitário FUMEC (2001-2007), da UEMG (2000-2005) e professora na UNILESTE (2012) e do MBA Fumec em Construções Sustentáveis (2012). Foi presidente do IAB-MG (2005-2011) e representou a entidade no GT de Arquitetura e Criança da União Internacional de Arquitetos. Atuou como comentarista de Urbanismo na CBN (2009-2012), no Jornal Hoje em Dia (2009-2010) e escreve regularmente para a Revista Habitat (desde 2010). É atualmente Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Nova Lima e conselheira do CAU/BR, do Conselho de Política Urbana de BH, e do Conselho das Cidades, de Meio Ambiente e Patrimônio de Nova Lima.

TEXTO-GUIA

O CAU, a Sociedade e as Políticas Públicas

Sem sequer ter completado seu terceiro ano de instalação, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil se propôs o desafio de realizar a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.

A Conferência teve como foco construir um canal de diálogo direto entre o CAU/BR, os arquitetos e urbanistas e a sociedade em geral. O desafio principal foi debater a função social da Arquitetura e do Urbanismo e seu reflexo no desenvolvimento das cidades e no bem estar da população. Para alcançar este objetivo, além dos profissionais e das entidades de arquitetos e urbanistas, é tarefa estratégica ampliar a parceria com outros setores da sociedade.

Nesse sentido, a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo aponta para a necessária articulação com entidades de classe de trabalhadores e patronais (associações, sindicatos, conselhos), entidades do movimento popular, ONGs, órgãos de gestão governamental, associações de gestores públicos, instituições de ensino e de pesquisa, entidades de defesa do consumidor e da sociedade, dentre outros. Queremos discutir uma agenda conjunta, simultaneamente técnica e inclusiva, pertinente ao nosso tempo, aberta ao diálogo, que conduza ao traçado, para os próximos anos, de um conjunto vigoroso de diretrizes e metas para a nossa profissão e que seja também qualificadora para a sociedade.

Os temas a partir dos quais a I Conferência será estruturada são:

01. O CAU, a Sociedade e as Políticas Públicas;
02. Formação, Exercício e Compromisso Social;
03. Ética Profissional e Cidadania.

A Arquitetura e o Urbanismo são essenciais à qualidade de vida nas cidades. Desde princípio do século XX, discutimos exaustivamente o fenômeno urbano e os espaços públicos, onde de fato os interesses coletivos predominam sobre os demais.



Jeferson Salazar

Arquiteto e urbanista, mestre em Arquitetura e engenheiro de segurança do trabalho; atualmente exercendo a Presidência da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. É conselheiro titular do Conselho Nacional das Cidades. Foi coordenador do Colégio Brasileiro de Arquitetos e Urbanistas, do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas do CAU/BR, do Grupo Executivo de Manutenção e Desenvolvimento da UFRJ, do Serviço Técnico de Manutenção da UFRJ, e do Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção e Estudo dos Solos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Lecionou Patologia das Construções no curso de pós-graduação em Arquitetura Ambiental da Universidade Gama Filho. Foi Conselheiro Titular do Conselho Universitário da UFRJ, do CREA/RJ e do Conselho Curador da Fundação Instituto de Geotécnica do Rio de Janeiro (Geo-Rio).

No Brasil, a partir da década de 50, a inversão entre o crescimento campocidade, motivado pela inserção brasileira no capitalismo industrial, alterou a realidade dos nossos centros urbanos e acirrou os conflitos existentes.

A luta pela terra, pelo direito de morar e de circular, pelas riquezas produzidas nas cidades, são parte da agenda na qual o Arquiteto urbanista deve estar inserido, sob pena de prejuízos bilaterais. De um lado, perde a profissão quando não é reconhecida como disciplina capaz de trazer ao espaço urbano as soluções de seus principais conflitos contemporâneos. Por outro, as cidades brasileiras, espaços da desigualdade e dos contrastes. Isso impacta negativamente na vida de toda a sociedade se pensarmos que, sem os benefícios da aplicação do conhecimento afeto à profissão, o lugar onde vivemos sofre com a perda de qualidade e com a incorreta alocação dos investimentos públicos. É vital destacar a importância do papel do Estado, como indutor da qualificação da Arquitetura e do Urbanismo produzidos simultaneamente pelo setor público e pelo setor privado.

No campo das políticas públicas, nos últimos 10 anos foram registradas, é bem verdade, algumas conquistas, tais como a aprovação do Estatuto das Cidades, que obriga os municípios com mais de 20 mil habitantes a terem Plano Diretor; a criação do Ministério das Cidades e a estruturação de uma Política Nacional de Cidades calcada nos eixos do saneamento, do planejamento urbano e mobilidade e da habitação; e a Lei de Assistência Técnica para a construção, reforma ou ampliação da habitação dos brasileiros com renda familiar de até três salários mínimos. Mesmo assim, o conjunto é frágil. Falta incluir os profissionais de Arquitetura e Urbanismo na ponta da prática cotidiana desta política.

O Brasil possuía, em agosto de 2013, segundo dados do CAU/BR, 106.038 arquitetos e urbanistas registrados, o que nos dá 0,55 arquitetos e urbanistas por mil habitantes, índice menor do que Espanha (0,89), Argentina (1,05), Itália (1,83) e Portugal (1,96), embora bem próximo dos indicadores de Venezuela (0,45), Chile (0,52) e Holanda (0,55). Além da carência dos profissionais, há uma distribuição desigual: 20 estados possuem número abaixo da média nacional.

Hoje, centenas de prefeituras do País não contam com arquitetos em seus quadros. Órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas da União, também não possuem profissionais em número suficiente para exercer de forma eficaz sua missão. O setor público, responsável pelo desenvolvimento e principal articulador das políticas públicas, em especial no planejamento das cidades, deve se conscientizar da importância desses profissionais em órgãos públicos federais, estaduais e municipais, produzindo e/ou analisando planos, projetos e obras de arquitetura e urbanismo nas áreas de educação, saúde, conservação urbanística, transportes, preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, habitação popular e disciplinamento do uso do solo, entre outros.

Há muito o que fazer. A nova composição social resultante de políticas afirmativas de vários governos tem diluído, cada vez mais, os conceitos de periferia e centro urbano. Uma “nova classe média” vai ganhando força, ampliando consistentemente o consumo. O mesmo vigor não se vê, contudo, na melhoria da infraestrutura e dos equipamentos urbanos. Na esteira disso, assistimos às movimentações populares por melhores condições de mobilidade, habitação, serviços de saúde e educação.

No setor habitacional, em particular, vemos a quase institucionalização da informalidade da produção das edificações, em especial da construção de moradias, que não deve ser combatida apenas por meio de fiscalização e autos de infração. O mais adequado e urgente é o esclarecimento aos cidadãos, através de comunicação social, acerca dos escopos dos serviços prestados pela Arquitetura e pelo Urbanismo em programas públicos. Serviços que garantem o direito fundamental e preventivo não somente da qualidade da habitação e solidez da edificação, mas também servem como medidas profiláticas de proteção ao meio ambiente e à própria saúde dos usuários dessas edificações.

“É vital destacar a importância do papel do Estado como indutor da qualificação da Arquitetura e do Urbanismo produzidos simultaneamente pelo setor público e pelo setor privado”

Por outro lado, o setor privado abriga uma grande quantidade de profissionais em escritórios de Arquitetura e Urbanismo, empresas de projetos e obras de edificações e de urbanização, que desenvolvem projetos e planos urbanísticos de habitação, transportes, resíduos sólidos, planos de manejo ambientais e de preservação cultural, com poucos canais de divulgação de seus serviços, fora as revistas segmentadas. Os críticos especializados são poucos e quase não têm espaço na mídia geral.

Nesse cenário, o escopo maior da Conferência deve ser o desenvolvimento de parcerias estratégicas, que levem ao debate e à superação das contradições entre a necessidade e a importância da Arquitetura e do Urbanismo no plano da retórica e de sua efetiva promoção como ferramenta para o alcance efetivo da sustentabilidade social e ambiental das cidades.

Longe de se pregar o corporativismo de uma categoria especializada na matéria, o que buscamos é resgatar a capacidade de planejamento do Estado brasileiro, em favor da sociedade, e possibilitar a essa uma compreensão mais profunda da importância de planos e projetos na organização das cidades, do espaço construído e de seus reflexos positivos para a qualidade de vida dos cidadãos.

Em síntese, a proposta da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo foi incentivar a aliança de entidades profissionais de arquitetos e urbanistas com organizações sociais que defendam a qualidade de vida na cidade, a preservação do patrimônio, a proteção de comunidades submetidas à remoção forçada e violenta, a manutenção e preservação de espaços públicos de uso coletivo, de forma a garantir a estas organizações suporte técnico-científico da categoria e, desta forma, ampliar o conhecimento das potencialidades e importância da Arquitetura e Urbanismo no cotidiano do espaço construído.

Mais objetivamente, o CAU/BR acredita na força do diálogo com diferentes atores sociais para aproximar ideias e compromissos, trocar experiências, debater a importância dos serviços de Arquitetura e Urbanismo, elaborar avaliações de conjuntura e propostas estratégicas para políticas públicas, visando disseminar a relevância destes serviços para a sociedade em geral e, especificamente, para as administrações municipais, estaduais e federais.



Maria Alice Rezende de Carvalho

Historiadora, com doutorado em Sociologia. É professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, onde coordenou o Programa de Pós-Graduação e hoje coordena o central (Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade). Pesquisadora do CNPq desde 2005, com foco nas áreas de sociologia da cidade, da cultura e das profissões intelectuais. É autora ou co-autora de nove livros, dois deles premiados, além de integrar cerca de trinta coletâneas de nacionais e internacionais. É membro, desde 2009, do Conselho de Informações Estratégicas do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Foi professora titular do IUPERJ/UERJ. Presidiu a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

“É preciso pensar a cidade como projeto civilizatório”

A atuação política em defesa da Arquitetura e do Urbanismo de qualidade e para todos é uma das principais missões institucionais do CAU. O momento parece propício para isso: várias das demandas apresentadas nos protestos populares de junho de 2013 e durante a Copa do Mundo de 2014 apontam para a maneira como as cidades se organizam.

A participação da professora Maria Alice Rezende de Carvalho, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, destacou a importância de arquitetos e urbanistas retomarem seu protagonismo no debate público pelo único caminho possível: a política. Não a política partidária, mas a política que trata dos grandes interesses da nação.

“O movimento das ruas foi no sentido de apontar como a cidade precisa de uma oxigenação das políticas urbanas e urbanísticas”, afirmou Maria Alice, que coordena estudos sobre a sociologia das cidades no Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade (Central), da PUC-Rio. “Esta Conferência poderá ser o momento em que arquitetos e urbanistas brasileiros se reencontrem com a boa tradição de pensar a cidade como projeto civilizatório, como uma pedagogia do bem-viver. O que é a cidade? O que queremos dela no cotidiano?”

Para Maria Alice, as tentativas dos governos federal, estaduais e municipais de executar grandes obras com muita velocidade por força da Copa do Mundo e de outros eventos internacionais sem ouvir os cidadãos é a antítese da ideia de política.

“Política é a arte de construir um caminho convergente quanto a objetivos e de torna-los, o mais possível, comuns. É radicalmente diferente da decisão imposta, como vem acontecendo por força dos eventos internacionais. No Rio de Janeiro, cidade em que moro, demandas sobre a mobilidade urbana, por exemplo, foram encaminhadas ao prefeito



Foto: Agência Brasil

Obras de mobilidade urbana no Rio de Janeiro foram feitas sem discutir os projetos com a sociedade. Segundo a professora Maria Alice de Carvalho, arquitetos e urbanistas podem propor programas de gestão democrática das cidades.

“Nós precisamos estar mobilizados pelo mesmo problema, porque ele afeta igualmente nossos interesses. O transporte urbano deve alinhar sob uma mesma carta de intenções desde sindicatos de metroviários a empresários de montadoras, além de arquitetos, professores”

[Eduardo Paes] muito antes da eclosão dos protestos de junho de 2013. Mas ele não ouviu, alegando urgência das decisões, falta de tempo para a construção de consensos. Ora, com tal atitude não se erige uma cidade democrática, não se promove a revitalização física e cívica dos centros urbanos brasileiros”, disse.

O grande desafio dessa nova agenda política, e que deve estar na mira de arquitetos e urbanistas, consiste em mobilizar a sociedade. “Um problema público é sempre construído em situação, pela composição de atores sociais afetados pela mesma questão. Em outras palavras, um problema público se constitui pela mobilização de atores que, embora diversos, se sentem igualmente bloqueados em seus interesses”, afirma a pesquisadora.

Maria Alice de Carvalho explicou que a tarefa de construir uma agenda pública com a participação da sociedade era tradicionalmente dos partidos políticos, mas hoje no Brasil eles não parecem capazes de promover esse diálogo. E isso teria sido um dos elementos deflagradores da revolta em junho de 2013.

“Muita gente se surpreendeu com o movimento popular em torno da questão dos transportes, mas em cada uma das cidades brasileiras se podia observar que a população, há muito tempo, se mostrava descontente com esse serviço e vinha tentando forçar uma interlocução com o poder público. Ela, porém, não encontrou um caminho institucional para a resolução dos seus problemas, levando-os às ruas”.

Então, o que fazer? Segundo Maria Alice, o primeiro passo é encontrar temas que mobilizem diversos atores sociais, que cortem transversalmente distintos públicos. Os protestos de junho de 2013 apontaram claramente para a mobilidade urbana como um deles. É preciso, então, que arquitetos e urbanistas debatam esse tema com

atores sociais e políticos que também têm a cidade como foco. “O tema do transporte urbano deve alinhar sob uma mesma ‘carta de intenções’ desde os sindicatos da indústria automobilística a metroriários, desde empresários da construção civil a ecologistas, desde urbanistas a ciclistas e pesquisadores do mundo acadêmico, pois o tema tem que ser o lugar de encontro de interesses diversos”.

Nessa mobilização, é importante ainda a construção de uma linguagem. A pesquisadora da PUC-Rio lembrou como os Estados Unidos enfrentaram o problema dos acidentes causados por motoristas alcoolizados: uma forte campanha com imagens de famílias que perderam parentes em acidentes desse tipo sensibilizou a população sobre a importância do problema. “A democratização da cidade tem a ver com esse encadeamento de atores em busca de uma solução para os grandes problemas urbanos”.

A Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo trouxe uma reflexão política que deve ser documentada e entendida como uma espécie de “carta de princípios”, capaz de alinhar diferentes setores da sociedade civil em prol da gestão democrática das cidades, sugeriu a pesquisadora.

Problemas não faltam. Podem ser vistos no desconforto que a população experimenta nas estações de trem e nos ônibus lotados, no descontentamento com programas habitacionais realizados sem a estrutura adequada e (principalmente) na degradação arquitetônica e urbanística presente nas grandes obras que não respondem a necessidades da população.

“Com a crise de representação presente no mundo, talvez seja necessário construir um novo paradigma de participação. É preciso entender e valorizar o modo como a pesquisa, o debate, os encontros e as conferências, como esta, podem conferir consistência a um programa democrático de gestão das cidades”.

Diagnósticos de insustentabilidade global

Washington Novaes trabalha com jornalismo há mais 50 anos. Nesse tempo, dirigiu redações, produziu documentários, escreveu livros, participou das mais importantes conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento, foi secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal e recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais pela sua atuação no debate sobre meio ambiente e sustentabilidade. Nesse tempo de investigação e diálogo com diversos atores sociais, ele chegou a uma conclusão: é preciso mudar.

O jornalista apresentou na I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo diversos dados e informações que mostram que a humanidade está caminhando rapidamente para o esgotamento de seus recursos naturais. Esse diagnóstico da insustentabilidade global pode ser visto em uma série de informações:

- **Cada pessoa consome, em média, 7 toneladas de recursos naturais por ano;**



Washington Novaes

Jornalista há 57 anos, especializado em meio ambiente e questões urbanas. Atualmente é supervisor e comentarista do programa "Repórter Eco", da "TV Cultura" (SP), e colunista dos jornais "O Estado de S.Paulo" e "O Povo" (de Goiânia, onde reside). Foi secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do DF, consultor da Agenda 21 Brasileira e de relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU). Recebeu o Prêmio Unesco do Meio Ambiente e várias outras lãureas.

- **Esse volume é 30% maior que a capacidade da natureza em repor esses recursos;**
- **Cerca de 80% desses recursos são consumidos pelos países desenvolvidos, que concentram apenas 20% da população;**
- **Das terras agricultáveis do planeta, 40% já estão degradadas ou em processo de desertificação;**
- **Todos os anos são jogadas 49 bilhões de toneladas de poluentes na atmosfera;**
- **Como resultado dessa emissão de poluentes, verificou-se um aumento médio de 0,8°C na temperatura do planeta durante a última década.**

São números que ilustram como a humanidade está acelerando o desgaste da natureza. Um desgaste que produz ainda mais exclusão social e desigualdade. De acordo com os dados apresentados por Washington Novaes:

- **Um bilhão de pessoas no mundo vive sem acesso à energia elétrica;**
- **Um terço da humanidade não tem acesso à água de qualidade;**
- **Quarenta por cento da população mundial não tem rede de esgoto em casa. Desses, um bilhão de pessoas não possui opção a não ser defecar ao ar livre;**
- **A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que haja um desperdício de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos por ano no planeta;**
- **Hoje 820 milhões de pessoas passam fome;**

O jornalista defende que a solução para esses problemas deve começar pelo melhor planejamento das cidades, de onde saem 70% dos poluentes que degradam a atmosfera. "Precisamos de políticas públicas abrangentes e eficientes", afirma. Washington citou problemas e soluções em três áreas: mobilidade urbana, saneamento básico e construções sustentáveis. Todos temas de interesse direto de arquitetos e urbanistas.

MERCADO IMOBILIÁRIO – Na área da Arquitetura, o jornalista disse que é preciso discutir com a sociedade regras de sustentabilidade para o mercado imobiliário. Segundo alguns estudos, o mercado de construção sustentável hoje já movimenta R\$ 13,6 bilhões – o que corresponde a impressionantes 8,3% do faturamento anual do setor. Segundo ele, iniciativas como a criação de um selo ambiental de construção pode reduzir o consumo de energia em 30% e o de água em até 50%. "Os padrões de construção são muito antigos. Temos que renovar os materiais", afirma.

O jornalista Washington Novaes alerta que o aquecimento global é um dos diagnósticos da insustentabilidade de nosso sistema de produção.



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

“É nossa obrigação trabalhar para superar esse processo e não deixar que se concentre a discussão apenas em protestos de rua, pelos quais é difícil fazer tramitar propostas políticas mais amplas, e não apenas pontuais”

Já no saneamento básico, é preciso começar pela elaboração correta dos Planos Diretores das cidades, e fazer uma atualização periódica, com atenção especial para a destinação do lixo. Hoje, o Brasil descarta 170 toneladas materiais orgânicos e industrializados por dia. O custo dessa coleta é de R\$ 10 bilhões por ano. Washington Novaes sugere a criação de uma taxa variável de acordo com a produção individual do lixo. Na Alemanha, essa ideia reduziu o descarte em 15%.

Outra prioridade é reduzir o número de veículos nas ruas. Na Grande São Paulo, calcula-se que sejam feitas 35 milhões de viagens por dia – a uma velocidade média de 22 km/h. “Mesmo assim, continuamos a dar incentivos fiscais para a produção de automóveis. No ano passado, foram 872 mil novos veículos produzidos com incentivos fiscais no último ano”, disse.

Para colocar essas discussões na agenda pública, Washington Novaes recomenda que arquitetos e urbanistas apresentem suas posições nos meios de comunicação e nas redes sociais, pedindo apoio para essas iniciativas. “É nossa obrigação trabalhar para superar esse processo e não deixar que se concentre a discussão apenas em protestos de rua, pelos quais é difícil fazer tramitar propostas políticas mais amplas, e não apenas pontuais”.



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB).

Projeto de Oscar Niemeyer. Foto: Murilo Abreu/UnB Agência

A photograph of a conference room. In the foreground, several people are sitting on the floor, some looking towards the camera. In the background, a large banner hangs on the wall, featuring the letters 'AFU' and 'ABEA' and some colorful graphics. The room has large windows on the right side, letting in natural light.

Formação, Exercício e Compromisso Social

Segundo dia da Conferência trouxe conceitos importantes sobre como deve ser a formação e a postura profissional dos arquitetos e urbanistas brasileiros

Um dos principais temas debatidos no Eixo Temático “Formação, Exercício e Compromisso Social” foi a regulamentação da profissão, instituída inicialmente pelo Decreto 23.569, de 1933, depois pela Lei nº 5.194, de 1966, e atualmente pela Lei nº 12.378, de 2010. Como profissão regulamentada, a Arquitetura e o Urbanismo tornaram-se áreas de atuação restrita aos portadores de diploma de arquiteto e urbanista concedido por instituição de ensino devidamente credenciada.

Essa regulação, conforme foi destacado durante a Conferência, concede “privilégios” aos profissionais autorizados a exercê-la ao mesmo tempo em que atribui a esses mesmos profissionais responsabilidades sobre suas ações e sua conduta. Afinal, o que justifica a regulação profissional é o interesse público sobre essa atividade, colocando os cidadãos comuns como beneficiários, de forma que essa exclusividade de atuação não seja entendida como interesse corporativo.

Essa percepção deve ser repassada aos profissionais desde a formação universitária. Hoje, existem no Brasil mais de 270 cursos de Arquitetura e Urbanismo. Mas a formação dos estudantes está atendendo às disposições legais? Os egressos estão saindo com a formação generalista – uma tradição da profissão? As novas ferramentas tecnológicas estão sendo absorvidas no ensino, resolvendo os problemas técnicos da Arquitetura? E quando o arquiteto e urbanista sai da faculdade, sua atuação está comprometida com o desenvolvimento da sociedade como um todo? Como os arquitetos e urbanistas podem se preparar melhor para enfrentar os desafios do século XXI?

Todos esses temas foram tratados pelos palestrantes do dia: os conselheiros do CAU/BR Antonio Francisco de Oliveira (PB) e Fernando Costa (RN) - este último também presidente da ABEA, pelo professor Nilson José Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e pelo jornalista Hélio Campos Mello, diretor de redação da revista *Brasileiros*.

O conselheiro Antonio Francisco, também professor da Universidade Federal da Paraíba, destacou que a prática profissional da Arquitetura e do Urbanismo deve, antes de tudo, visar atender às necessidades sociais. “Muitos estudantes parecem não se interessar por outros assuntos além daqueles que se relacionam aos seus mais imediatos interesses de prestígio e reconhecimento pessoal”, disse, preocupado em inculcar nos alunos o compromisso social da profissão já nos primeiros anos de formação.

Fernando Costa lembrou que o Censo dos Arquitetos e Urbanistas Brasileiros, realizado pelo CAU/BR em 2012 a partir de entrevistas com 83 mil profissionais, revelou que mais de 80% deles estavam satisfeitos com a formação que receberam na faculdade. Outro dado é que cerca de 8.000 arquitetos e urbanistas dedicam-se a ensinar a profissão a jovens aspirantes. “Além disso, temos um acordo com o Ministério da Educação para compartilhar as informações de nosso Sistema de Inteligência geográfica, o IGEO, mostrando em quais cidades o mercado ainda pode ou não absorver novos profissionais”.



Antonio Francisco de Oliveira

É arquiteto e urbanista (1983), mestre em Planejamento Urbano (1988) e doutor em Arquitetura e Urbanismo (2011). Desde 1984 é professor do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. Ocupou durante dois mandatos a função de membro do Conselho Superior do IAB (COSU). Exerceu a função de conselheiro do CREA/PB entre 2000 e 2011 e, durante parte deste período, foi coordenador da Câmara Especializada de Arquitetura (CEARQ) e membro da diretoria Conselho. Atualmente é 1º Vice-Presidente e coordenador da Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR.

TEXTO-GUIA

FORMAÇÃO, EXERCÍCIO E COMPROMISSO SOCIAL

A Arquitetura e Urbanismo é, sem sombra de dúvida, uma das profissões cujo exercício mais amiúde e mais intensamente impacta a vida de cada um dos indivíduos de uma Sociedade. Eis que as pessoas não somente moram em casas e edifícios criados pelos arquitetos e urbanistas, mas também estudam, trabalham e realizam a maioria de suas demais atividades diárias em espaços criados por esses profissionais, além de viverem em cidades que, em maior ou menor medida, são por eles planejadas.

Sendo a Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, uma profissão regulamentada, ela tem seu exercício neste país submetido aos condicionantes que a regulamentação estabelece, dos quais se destacam os relacionados à formação profissional.

Como ocorre na maioria das profissões regulamentadas, na Arquitetura e Urbanismo o ensino acadêmico constitui a base para a formação profissional, além de ser condição *sine qua non* para o acesso ao exercício da profissão. Assim sendo, impõe-se que tal formação seja não apenas adequadamente qualificada, mas também socialmente comprometida.

Essa exigência se justifica na medida em que – e é fundamental que se compreenda *a priori* –, ao regulamentar uma profissão, o Estado brasileiro, ao mesmo tempo, concede um “privilégio” aos profissionais autorizados a exercê-la, e atribui a estes mesmos profissionais uma “enorme responsabilidade”.

Por um lado, o “privilégio” concedido pelo Estado reside no fato de que, regulamentada uma profissão, somente àqueles indivíduos que atenderem às condições da regulamentação – considerados habilitados – permite-se exercer essa profissão. Não há como negar, portanto, que neste cenário configura-se uma “reserva de mercado” que beneficia tais indivíduos.

De outra parte, a “enorme responsabilidade” que é atribuída aos que exercem uma profissão regulamentada se traduz na necessidade de que estes, através de seu trabalho, demonstrem que o “privilégio” dessa regulamentação – ou “reserva de mercado” – tem

efetivamente razão de ser, ou seja, que é relevante. Tal demonstração deve fundamentar-se, principalmente, na comprovação de que somente estes (e não outros profissionais) reúnem as condições de habilitação necessárias ao exercício da profissão aqui considerada. Destaque-se que, para justificar a regulamentação profissional, não basta que a profissão seja tida pelos que a exercem como importante para a Sociedade. Ao contrário, é necessário que, pela sociedade, a profissão seja assim percebida. Ou seja, é fundamental que a sociedade se sinta beneficiária da regulamentação, pois, de outra forma, esta seria entendida como mera defesa de interesses corporativos.

Assim, é forçoso concluir que, sendo a regulamentação de uma profissão uma delegação do Estado para que uma determinada classe profissional (e quase sempre somente esta) exerça essa profissão, tal regulamentação deve visar, principalmente, o atendimento das necessidades da sociedade (a quem o Estado representa) e não a defesa dos interesses da classe profissional aqui considerada. Não atendidas estas condições, não haveria como justificar a regulamentação do exercício profissional.

“É fundamental que a sociedade se sinta beneficiária da regulamentação, pois, de outra forma esta, seria entendida como mera defesa de interesses corporativos”

No Brasil, desde que foi instituída a regulamentação do exercício da Arquitetura – inicialmente pelo Decreto 23.569, de 1933; depois pela Lei nº 5.194, de 1966; e atualmente pela Lei nº 12.378, de 2010 –, a atuação nesta profissão se tornou restrita ao portador de diploma de arquiteto, concedido por instituição de ensino devidamente credenciada. Desta forma, teve fim a era durante a qual o exercício da profissão era permitido, não somente aos diplomados, mas também àqueles que dispunham apenas de um aprendizado empírico, posto que este, até então em igualdade de condições com o ensino acadêmico, era considerado suficiente para o exercício da profissão. A partir desta época, o ensino acadêmico passou a ser não somente a base da formação profissional, mas também a única forma de acesso à profissão de arquiteto.

Essa mudança de cenário que resultou da regulamentação profissional não se traduz numa questão irrelevante, tampouco deixa de significar um grande aumento de responsabilidade tanto para os profissionais diplomados, agora beneficiários de uma “reserva de mercado”, como para as instituições de ensino, que lhes outorgam os citados diplomas.

Se a regulamentação torna o exercício profissional uma exclusividade de quem é portador de um diploma de arquiteto, o qual somente pode ser obtido através do ensino acadêmico – e se este, por seu turno, constitui o esteio da formação profissional – uma conclusão se torna inevitável: é fundamental estabelecer uma estreitíssima relação entre o ensino acadêmico e a prática profissional. Noutras palavras: tem que haver correspondência entre os currículos escolares – isto é, o que se ensina nas academias, assim como nas atividades práticas complementares – e as atribuições profissionais dos arquitetos e urbanistas.



O ensino em Arquitetura e Urbanismo deve considerar a característica generalista da profissão e preparando o estudante para conhecer profundamente as técnicas de construção.

Do mesmo modo que na maioria das demais profissões normatizadas, na Arquitetura e Urbanismo as atribuições profissionais são definidas na lei regulamentadora. Deve-se ter claro, também em relação a isto, que, ao definir esta questão, a lei objetiva, acima de tudo, assegurar o melhor atendimento às necessidades sociais, particularmente no que tange aos quesitos de segurança, saúde e bem-estar, tanto das pessoas como de suas propriedades, sem descuidar da preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente. Por um lado, isto significa que a lei regulamentadora, ao conferir ao arquiteto e urbanista determinadas atribuições, reconhece, em razão da formação que ele recebe, que a este profissional – melhor do que a outros – compete exercê-las. Mas também significa, de outra parte, que tal reconhecimento somente tem consistência quando os interesses coletivos se sobrepõem aos corporativos, isto é, quando prevalece o que é melhor para a sociedade.

Portanto, não deve restar qualquer dúvida quanto ao fato de que as atribuições profissionais dos arquitetos e urbanistas são aquelas, e tão somente aquelas, para o exercício das quais eles, em razão de sua formação, estão mais bem preparados para servir à sociedade. Esta é, em suma, a única justificativa relevante para a regulamentação.

Mas, no que respeita às questões acima expostas é efetivamente esta a realidade brasileira atual no ensino e formação e o exercício profissional da arquitetura e urbanismo? O que pode-se dizer atualmente do ensino acadêmico vis-à-vis à prática profissional? Como um tem evoluído em relação à outra nos últimos tempos? Esse ensino efetivamente habilita os arquitetos e urbanistas a exercerem em plenitude e com a necessária qualificação as atribuições profissionais que legalmente lhes foram concedidas? Ou, dito de outra forma: em que medida as atividades técnicas que constituem o campo profissional do arquiteto e urbanista encontram amparo na formação que estes recebem?

O fato é que muito tem sido dito em termos de críticas à qualidade do ensino e formação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, e isto não é de hoje. Parece haver, contudo, um sentimento amplamente majoritário de que o cenário muito se agravou nas duas últimas décadas, principalmente a partir da multiplicação do número de escolas e de cursos, ainda que

sejam escassos os elementos de prova de que o primeiro seja consequência direta da segunda.

Muitas são as questões apontadas em relação à qualidade de tal ensino, seja da parte dos egressos das escolas e cursos, seja das autoridades acadêmicas ou dos tomadores dos serviços desses profissionais. Das críticas apontadas, talvez a mais recorrente seja aquela de que na maioria das escolas – senão em todas – o ensino teria sido em grande parte descolado da prática profissional, o que leva os que têm esse ponto de vista a sugerir que os diplomados nessas escolas e cursos não estariam aptos ao pleno exercício da profissão. Especula-se, ainda, que a desconexão entre ensino e prática profissional se agrava pelo fato de que, em muitas escolas e cursos, haveria uma clara preferência por um corpo docente de perfil exclusivamente acadêmico, em detrimento do professor que detém formação mais baseada na prática profissional. Em tais condições, como poderia o arquiteto e urbanista, por excelência profissional da proposição e da intervenção, desempenhar adequadamente seu mister?

Também se apontam problemas relacionados a uma possível assimetria entre os currículos acadêmicos – ou melhor, entre as diretrizes curriculares nacionais – e o que de fato se ensina nas escolas e cursos de arquitetura e urbanismo. E, o que é ainda mais grave, há relatos de que, em certos casos, a carga horária efetivamente ministrada nesses cursos é (ou seria) inferior aos padrões mínimos estabelecidos, com gravíssimos prejuízos para a formação profissional.

“Das críticas apontadas, talvez a mais recorrente seja aquela de que na maioria das escolas – senão em todas – o ensino teria sido, em grande parte, descolado da prática profissional”

Como, na lei regulamentadora, as atribuições profissionais dos arquitetos e urbanistas são definidas a partir das diretrizes curriculares nacionais – isto é, dos currículos acadêmicos –, e estes parecem não ser cumpridos plenamente por muitas das escolas e cursos, como fica a situação de seus egressos? Eles estariam efetivamente aptos a exercer em plenitude tais atribuições? O que o CAU pode (ou deve) fazer também em relação a este seríssimo problema?

Há ainda a preocupação, recorrente em muitos círculos profissionais, quanto à ideia de que o arquiteto e urbanista carrega (ou carregaria) o estigma de ser “profissional de luxo”, “projetista de madame”, ou algo do gênero, que a nada se atém senão ao estreito leque de atividades de que se ocupa cotidianamente. E mais, mesmo que atualmente não se disponha de dados que comprovem ou refutem tal hipótese, há relatos, aparentemente consistentes, de que, ao menos em algumas escolas e cursos, muitos estudantes parecem já não se interessar por outros assuntos além daqueles que se relacionam aos seus mais imediatos interesses de prestígio e reconhecimento pessoal, estes baseados no sucesso material que possam alcançar na profissão. Esses estudantes, ainda segundo tais relatos, não aparentam nutrir qualquer interesse por temas relacionados a estudos ou projetos de rebatimento sobre o coletivo, tampouco parecem ter a mínima consciência do compromisso social da profissão.

Em tais circunstâncias, como avaliar na arquitetura e urbanismo a tripla relação formação acadêmica versus atribuições profissionais versus interesse social? É possível considerar que estão os arquitetos e urbanistas suficientemente conscientes de sua responsabilidade perante a sociedade e a profissão? Estão eles cômnicos de sua responsabilidade ética diante do exercício profissional?

Todas essas questões aqui expostas precisam ser urgentemente respondidas. Ao CAU, não resta alternativa senão a de exercer seu papel legal e institucional neste processo, no qual lhe cabe ocupar um lugar de proa.

Quanto à presente Conferência, esta, sem sombra de dúvida, não apenas em muito poderá contribuir para que se avance no trato dessas questões, mas de fato representa uma oportunidade ímpar para que se apontem novos caminhos tanto para a ação do CAU, como para os profissionais e para a profissão.



Nilson José Machado

Professor da Universidade de São Paulo desde 1972, hoje Professor Titular da Faculdade de Educação, lecionando em cursos de graduação e de pós-graduação. Publicou diversos livros, entre os quais “Ética e Educação” (2012), “Educação – Competência e Qualidade” (2009), “Autoridade e Educação” (2008), “Conhecimento e Valor” (2004) e “Educação – Projetos e Valores” (2000). É autor de cerca de duas dezenas de livros para crianças a partir de cinco anos.

PROFISSIONALISMO ENVOLVE TÉCNICA E COMPROMISSO

A criação do CAU/BR em 2010 representou para os arquitetos e urbanistas a oportunidade histórica de determinar os rumos de sua profissão. Mais que uma oportunidade, um desafio que envolve discussões sobre currículos acadêmicos, formação ética, exigências legais e responsabilização técnica. O que sociedade espera de um profissional da Arquitetura e Urbanismo?

Para o professor Nilson José Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), principalmente duas coisas: competência técnica e compromisso público. Autor de 13 livros sobre Educação, ele propôs diversos conceitos que definem o que é profissionalismo, como o que deve se esperar da formação técnica e humanística da Arquitetura e Urbanismo e a necessidade de os próprios profissionais assumirem as decisões sobre sua área de atividade.

“Não há profissão sem autorregulação. Os profissionais não podem ficar disponíveis para seguir regras criadas pelo governo nem devem se submeter acriticamente às leis do mercado”, afirmou. Essa autorregulamentação é um ponto fundamental para qualquer profissão porque é a partir daí que serão definidas as competências técnicas necessárias para exercê-la – e qual a formação mínima deve ser oferecida em cursos da área.

Sobre essa formação, Nilson quis desmistificar a ideia de que há um conflito entre ensinar teoria e prática. Para ele, as duas não competem

entre si, pelo contrário, são complementares. “Muito se diz do descolamento entre teoria e prática, isso de uma forma geral, em várias profissões. Isso é uma meia verdade - portanto também uma meia mentira”.

“Não há profissão sem autorregulação. Os profissionais não podem ficar disponíveis para seguir regras criadas pelo governo nem devem se submeter acriticamente às leis do mercado”

A formação prática é indispensável para que o aluno tenha preparo e segurança para enfrentar os desafios que lhes serão apresentados no mercado de trabalho. Porém, é preciso que essa formação também estimule a imaginação e a formulação de ideias novas. “Não se pode pensar em formação exclusivamente preocupada com o fato, esse já está feito. Limitar-se a isso é fatalismo”, afirmou. “Temos que estar de olho no fato, mas também atentos para a extrapolação. Senão a gente se limita a reproduzir o que já existe. É preciso dar espaço para o que não existe ser criado. O arquiteto precisa disto”.

Da mesma forma, as escolas devem evitar criar uma dicotomia entre especialista e generalista. Porque aquele especialista que conhece muito de um determinado assunto apenas está perdendo cada vez mais espaço, segundo o professor. “Hoje quem ganha dinheiro, no sentido mercadológico, é o especialista que realiza consultorias. Ele entende muito de um determinado setor, mas ele vê o todo”. Nas escolas, é fundamental dar ao aluno uma percepção sobre o sistema.

RETORNO ÀS AULAS – Outra preocupação que as escolas de Arquitetura e Urbanismo devem absorver é que, no século XXI, todos os profissionais devem promover sua formação permanente. Com inovações tecnológicas que surgem e se espalham com cada vez mais rapidez, é fundamental que os profissionais retornem periodicamente aos ambientes de estudo para se reciclar e se atualizar sobre o que há de novo. “Esse é um fato novo, de duas ou três décadas para cá, mas nenhuma escola ainda, de nenhuma área, se preparou para essa novidade”, disse o educador. “A ideia de que alguém se forma, trabalha e se aposenta acabou”.

Hoje em dia, o profissional deve manter sua formação por todo o período em que estiver trabalhando. E a formação inicial, no curso de graduação, já deve prever isso: que os alunos retornarão para cursos, especializações, mestrados, etc. “A escola não pode pretender abarcar tudo, ensinar todos os aspectos de uma profissão, o currículos devem proporcionar uma formação inicial que preveja o retorno do profissional em cursos periódicos”, disse.

A segunda questão que deve ser levada em conta pela autoridade responsável pela autorregulação profissional é o compromisso público daquela atividade. “Essa é a marca individual de cada profissional. É preciso ter valores, projetos, é preciso estar a serviço de alguma coisa”, afirmou o professor Nilson. Porém, ele analisa que, no Brasil, faltam esses grandes projetos que incorporem os profissionais a uma causa, faltam pessoas que pensem o país. E é na educação que esses projetos devem ser debatidos e apresentados para a sociedade.

Ele alerta que existem sim diversos projetos educacionais com grande qualidade no país. “Há muitas escolas boas ainda. O que aconteceu foi que elas não foram ampliadas em número suficiente. A solução é aumentar o número de escolas boas”. Nilson destacou ainda que é preciso utilizar os indicadores de qualidade promovidos pelo governo, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), não para se submeter acriticamente aos padrões impostos; é fundamental examinar criticamente as avaliações realizadas, em seu conteúdo e em sua forma, para ver onde se pode melhorar o projeto e as concepções de cada curso. “A avaliação deve conferir o sucesso da instituição em implementar o seu projeto específico; não pode tratar todos os cursos como se fossem iguais”.

Sem esse compromisso público, diz o professor, o profissional pode cair no tecnicismo, quando só há compromisso com as competências técnicas, ou no corporativismo, que é compromisso apenas com os colegas, e não com a sociedade. “É preciso pensar grande, a regulamentação tem que articular direitos legítimos com as exigências e as naturais responsabilidades decorrentes da relativa autonomia.”



Hélio Campos Mello

Jornalista, cursou fotografia em Florença (Itália). Trabalhou como fotógrafo, editor e diretor de fotografia nos jornais “O Estado de S.Paulo” e “Jornal da Tarde” e nas revistas “Senhor” e “Veja”. Um dos fundadores da “IstoÉ”, foi secretário de redação, redator-chefe e diretor de redação da revista. Participou da renovação editorial e tecnológica da “Agência Estado”. Cobriu a Primeira Guerra do Golfo, a Invasão do Panamá e a Copa do Mundo de 94. É fundador da revista “Brasileiros”, onde é diretor de redação e publisher. Nasceu em São Paulo.

ARQUITETOS E URBANISTAS PRECISAM TER CONCEITOS DE CIDADANIA

A revista *Brasileiros* surgiu nas bancas em 2007 com a proposta de trabalhar em nome de uma causa: um país mais eficiente, mais capaz, que acredita em si e tem justiça social. Para isso, pensaram em um produto que tivesse profundidade em seus conteúdos, e também pluralidade de ideias, fugindo da pressa desenfreada e da pretensão de verdade tão típicos do jornalismo atual.

Nessa missão, couberam dentro da revista dezenas de reportagens sobre Arquitetura e Urbanismo, com destaque para as entrevistas realizadas com arquitetos e urbanistas como Oscar Niemeyer, Paulo Mendes da Rocha, Jorge Wilhelm, Jorge Hue, Marcelo Ferraz e Martin Curollon. Todo esse arcabouço de ideias foi trazido à I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo pelo jornalista Hélio Campos Mello, diretor de redação da *Brasileiros*.

Para exemplificar como a revista consegue aliar seus ideias com a dura rotina de produção do jornalismo, ele usou como exemplo a trajetória de uma das principais referências da Arquitetura brasileira: João Batista Vilanova Artigas (1915-1985), autor de obras como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), o Estádio do Morumbi e o Museu de Arte de Londrina.

“Vilanova Artigas é um paradigma da profissão. Ele foi preso pela ditadura militar porque defendeu que é possível exercer uma profissão

“Vilanova Artigas é um paradigma da profissão. Ele foi preso pela ditadura militar porque defendeu que é possível exercer uma profissão sem ignorar o bem comum”

sem ignorar o bem comum”, disse o jornalista. “Na Brasileiros, uma de nossos instrumentos para conseguir isso é olhar para o passado. Sem saudosismo, mas com o objetivo de planejar a rota do presente com olhos no futuro”.

O jornalista traduziu esse espírito citando uma entrevista feita com o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, vencedor do Prêmio Pritzker. À revista, ele afirmou que é preciso entender o avanço da sociedade, mas também influenciá-lo por meio da política:

“Certas saudades são exageradas. Ser contra o progresso é bobagem. O problema é a política que rege esse progresso, se é aquela das terríveis leis especulativas do mercado. Urbanismo é pura política”.

Para Hélio Campos Mello, essa dimensão política da Arquitetura e Urbanismo ficou ainda mais evidente depois dos protestos populares de junho de 2013. “Eles colocam com veemência como corrigir o prumo do que que está mal aprumado”, analisa. “Nossa tradicional cordialidade vem sendo substituída. E como em toda transformação, há excessos, como houve nas manifestações, nas ruas e nas redes sociais”. Com olhar de fotógrafo, ele percebe uma verticalização caótica nas cidades atuais.

Ele ressaltou a importância da atuação política de arquitetos e urbanistas citando outra entrevista feita pela Brasileiros, esta com Marcelo Ferraz, profissional paulista que trabalhou por mais de 15 anos ao lado de Lina Bo Bardi, um dos maiores nomes da área no Brasil. Segundo Marcelo, a produção arquitetônica deve se dirigir ao homem, ao ser humano. “Projetar é, ao mesmo tempo, exercitar a infinita possibilidade de abrir caminhos”, afirmou. “Mas é também se indignar com a realidade, ter vontade de mudá-la e melhorá-la”.

Ninguém fazia isso como Oscar Niemeyer. Em uma de suas últimas entrevistas antes de sua morte, ele foi convidado pela *Brasileiros* a falar da situação política mundial. Disse que planejava fazer uma revista de Arquitetura que fosse muito além do tema. “É um trabalho com pretexto de Arquitetura, mas está voltado para discutir e estudar os problemas da América Latina”, disse.

Paulo Mendes da Rocha reforça essa opinião, lembrando que Arquitetura envolve, além de conhecimento técnico, uma visão também emocional e política da realidade. “Se a cidade se degenerou, é porque já foi boa. O que é ruim não degenera. Não devemos é deixar que isso aconteça. Essa questão agora da revitalização das áreas centrais é complexa. Pode ser um instrumental de intrigas, pode mesmo desmoralizar um arquiteto. A cidade já deveria ser percebida, em seu todo, como um centro cultural”.

Nessa comparação entre a trajetória da sua revista com a de grandes arquitetos, Hélio Campos Mello pretendeu mostrar que a cidadania é um conceito que deve guiar não só a Arquitetura e o Jornalismo, mas qualquer profissão e que se engajar ou não é, acima de tudo, uma questão de escolha política. “Não é preciso ser arquiteto de madame nem um Paulo Mendes da Rocha, mas é preciso ter um conceito de cidadania, como indivíduo e observando sua posição na sociedade. Isso é cada vez mais importante”, afirmou.



Centro Paula Souza e ETEC Nova Luz, em São Paulo. Projeto de Spadoni, AA e Pedro Taddéi e Associados. Foto: Nelson Kon.

Ética Profissional e Cidadania

Último eixo temático discutiu aspectos éticos da profissão e como os arquitetos e urbanistas devem refletir sobre sua postura perante o trabalho e a sociedade

Uma das primeiras missões que o CAU/BR se impôs foi a construção de um novo Código de Ética específico para Arquitetura e Urbanismo. Ao longo de 18 meses, entre 2012 e 2013, dezenas de conselheiros do CAU/BR, dos CAU/UF e diversos palestrantes e debatedores convidados apresentaram contribuições nos cinco seminários regionais sobre Ética realizados pelo CAU/BR no Rio de Janeiro, em Recife, Curitiba, Goiânia e Belém, assim como no seminário nacional em Brasília, transmitido online para todos os interessados.

Em setembro de 2013 foi aprovado o Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, que expressa o compromisso dos arquitetos e urbanistas brasileiros em assumir as responsabilidades de autogestão e controle do exercício profissional, com um propósito humanista, intrinsecamente relacionado ao direito à cidadania.

O Código estabelece diversos tipos de conduta que o profissional deve obedecer em sua atividade: há obrigações para com os colegas, os clientes, a profissão, o CAU, e para com o interesse público. Trata-se de uma norma abrangente que objetiva a valorização profissional, o aperfeiçoamento da Arquitetura e Urbanismo e o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras. Com o Código de Ética e Disciplina, os arquitetos e urbanistas possuem um instrumento para a promoção de debates e ações que criem um ambiente favorável ao exercício correto e justo da profissão.

Durante o debate sobre o Eixo Temático “Ética Profissional e Cidadania”, na Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, o conselheiro federal Napoleão Ferreira (CE), coordenador da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR, destacou que o Código é, acima de tudo, uma construção coletiva da categoria, feita a partir dos seminários regionais e das colaborações recebidas de todo o país. Além dele, participaram da mesa de debates o presidente do CAU/CE, Luciano Guimarães, a professora de Filosofia e escritora Márcia Tiburi e o jornalista Paulo Markun.

“É o primeiro Código de Ética de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Não é algo para se colocar nas prateleiras, pretendemos que seja uma discussão permanente da categoria. É a construção da cidadania a partir da nossa percepção profissional”, disse Napoleão.

Luciano Guimarães, presidente do CAU/CE e mediador do debate, lembrou que o comportamento ético dos arquitetos e urbanistas é uma arma em defesa da profissão. “A ética faz parte da nossa Lei 12.378. O Código de Ética do CAU/BR é um desdobramento das

responsabilidades que foi nos foram outorgadas pela lei. Precisamos usar a ética no processo de conquista da valorização, da autorregulamentação, de defesa da boa atuação profissional, a favor da sociedade”, afirmou.



Napoleão Ferreira

Arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal do Ceará, com mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma instituição. É membro do Conselho Superior do IAB. Atualmente é conselheiro federal do CAU/BR pelo Ceará, exercendo as funções de 2º vice-presidente e coordenador da Comissão de Ética e Disciplina.

TEXTO-GUIA

ÉTICA PROFISSIONAL E CIDADANIA

“Meu Senhor Rei, vou lhe contar uma história: nos dias de seu pai, Uther Pendragon, mandei fazer para ele uma mesa em forma de anel, que os homens chamam de Távola Redonda. Pois bem, em torno dessa mesa havia lugar para cinquenta homens, e esses lugares foram feitos para os cinquenta cavaleiros que fossem os mais valorosos do mundo.”

Howard Pyle

Assim, Merlin, o mago, descreve para o Rei Arthur a famosa tábua, o espaço circular de uma assembleia de iguais. Esta descrição bem pode comunicar a dimensão ética e simbólica do espaço da Arquitetura: o círculo, figura geométrica arquetípica da unidade primordial, o mundo transcendente, associando ao seu entorno a valoração moral, ou o espírito de uma coletividade.

A descrição do feiticeiro lendário é uma narrativa da construção de um caminho na Arquitetura. Se aquela mesa fosse quadrangular ou linear, a hierarquia dos assentos a seu redor seria mais acentuada, mais material e mais desigual.

Desta maneira, vê-se perceptível a existência de uma ética pertinente ao espaço arquitetônico – espaço compreendido desde suas dimensões macro territoriais urbanas até aos arranjos de edifícios e aos ambientes intersticiais de uma habitação.

Os avanços no campo da Psicologia já nos confirmaram uma verdade milenar: o espaço arquitetônico, além de ser um reflexo das circunstâncias sociais, também condiciona o existir, o ser e o sentir, mitigando ou promovendo a violência simbólica: a mãe de toda violência.

Como, a bem do destino, a humanidade não é uma unanimidade, compete ao profissional da Arquitetura a ação emancipadora ou opressiva de delinear o espaço de convivência, em suas diversas manifestações. Uma tremenda e temerária responsabilidade recai sobre quem risca e corre o risco, como profissão, de desenhar microcosmos a serem habitados por pessoas.

Se este for o desafio da profissão, não podemos reduzir a Arquitetura à mera técnica construtiva, ou a arranjos espaciais ditados por demandas de mercado. A importância social do objeto arquitetônico extrapola a simples materialidade dos edifícios. Pois se estes, conforme a natureza de tudo que é sólido, desmancham-se no ar (como diria Karl Marx), também funcionam como símbolos, representações de valores da cultura imaterial, insólita e perene. Quando vivenciamos os lugares arquitetados, sempre experimentamos sentimentos que têm origem no universo mítico, na memória coletiva, nas raízes da tradição imaginária.

Muitos são os que vêm estabelecendo definições conceituais sobre a Arquitetura. O primeiro a elaborar uma teoria sobre a nossa atividade profissional foi Marco Vitruvius Pólion, arquiteto romano da época do imperador César Augusto. Vitruvius, em seu tratado “Dez livros de Arquitetura”, descreve a Arquitetura a partir de três atributos que lhes seriam inerentes: solidez, utilidade e beleza.

A definição vitruviana qualifica a Arquitetura como um ser social e histórico, como construção material coletiva, como abrigo de uma atividade humana e também como objeto de representação estética e, portanto, simbólica do imaginário cultural.

“O Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, enquanto uma conquista política da cidadania brasileira, traduz em si o compromisso compulsório dos profissionais em bem servir a sociedade”

Ao abordarmos a definição de Vitruvius no âmbito da ética profissional, podemos vislumbrar, a partir da perspectiva das três qualidades, uma integridade moral, universal e ontológica da Arquitetura. Assim, o valor ético da solidez diz respeito à adequação dos materiais e técnica e, vale lembrar, à normatização de desempenho, à consideração da dificuldade e do esforço das pessoas envolvidas no processo de produção e de eliminação de desperdícios; enfim, ao domínio integral, pelo profissional arquiteto, da gramática infraestrutural de sua criação arquitetônica.

No que concerne ao sentido ético de utilidade, vale reafirmar os condicionamentos comportamentais induzidos pela Arquitetura, que podem descrever tanto espaços opressivos, confinantes, confusos, como, ao contrário, espaços cuja fluidez promove e celebra a liberdade, a fraternidade e a igualdade entre as pessoas. Os aspectos funcionais éticos da Arquitetura aqui também abrangem soluções de acessibilidade e mobilidade universal, conforto ambiental e sustentabilidade. Em suma, a consideração ética de utilidade impõe que o usuário e suas necessidades reais e objetivas direcionem a organicidade da solução pragmática do espaço nas diversas escalas da arquitetura.

O terceiro componente vitruviano, a beleza, parece o mais negligenciado quanto ao seu questionamento ético no cotidiano da atividade profissional. Em nome de argumentos estéticos idiossincráticos e ególatras, a dimensão artística da arquitetura – uma representação cultural, coletiva e compartilhada – sofre injunções ostentatórias de poder, em especial, o financeiro, manifesto em formas espaciais arbitrárias. Tratar deste assunto pode ser um tabu para muitos: os que confundem liberdade de expressão com liberdade de opressão cultural



O arquiteto romano Vitruvius explica sua teoria sobre Arquitetura ao imperador Augusto César. Imagem: Wikipedia.

elitista e excludente e os que desconsideram o mosaico de tradições populares que conforma um painel criativo de resistência simbólico-cultural. O direito à beleza, o direito à cidade bela, à bela paisagem, ao jardim belo, à bela moradia é, hoje em dia, subtraído por verdadeiras traições profissionais, notadamente manifestas ao se levarem em conta os programas de habitação de interesse social. Nesses casos, muitas vezes, a ação governamental enceta a permuta da fealdade das habitações subnormais autoconstruídas pela monotonia grotesca de soluções que atendem ao “fordismo” construtivo de empreiteiros.

Diante das possibilidades de avaliação do conteúdo ético do exercício profissional que a descrição qualitativa de Vitruvius nos proporciona, cabe constatar a gravidade da situação precária em que se encontra uma ética cidadã no cotidiano laboral da Arquitetura. Não muito diferente da situação internacional, grande parte dos profissionais brasileiros ainda estão alheios às consequências danosas de uma produção sem referencial na promoção da cidadania.

Daí, chegamos à necessidade do compromisso. Compromisso que eleva o caráter da mais singela das decisões profissionais de um arquiteto, que sempre também será um urbanista – para que fique clara a abrangência de nossa função social.

A criação arquitetônica, como manifestação artística, deve ser parametrizada pela mediação de uma ética profissional que liberte a atividade das amarras do egocentrismo e situe o arquiteto na posição de “intérprete e servidor da cultura e da sociedade da qual faz parte” – conforme o que enuncia o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

Se, até aqui, refletimos sobre verdades evidentes, então por que tais verdades não estão norteando a ação profissional? Seria pura ilusão defender que as virtudes éticas da profissão permaneçam de forma espontânea, gravadas na alma da comunidade arquitetônica? Não fora assim, estaríamos falando de um grupo apartado do convívio em nossa Sociedade: ambiente social em que o desprezo pela vida e a banalização racionalista da truculência concorrencial, consumista e obscurantista embotam a consciência comum de que o outro não faz parte da coleção de objetos desejáveis ou indesejáveis, ao alcance ou ao descarte de um determinado

poder aquisitivo. Neste contexto, os arquitetos e urbanistas que se opõem à desqualificação da convivência urbana ainda não compõem a maioria profissional hegemônica.

Por isso mesmo é que se vem empreendendo a necessária ação política em nosso campo profissional, com o objetivo de reconstruirmos o sentimento de responsabilidade cívica da profissão. O arquiteto, à medida que nossa organização político-profissional se torna mais complexa, é levado, por uma ação coletiva, a reassumir as prerrogativas éticas da profissão; o direito e o dever de bom grado aceitos de servir ao interesse público.

A complexidade crescente de nossa organização profissional no Brasil, que resultou na criação do nosso conselho profissional autônomo, levou-nos também a construir o primeiro Código de Ética e disciplina da profissão. O Código, com as suas cem normas, é um esforço coletivo para orientar o exercício válido da arquitetura e urbanismo. Se este Código tem uma centena de obrigações, muitas instituídas sob silenciosa oposição, é porque o que elas determinam, se razoável, não estranhamente está desentranhado da práxis profissional cotidiana. Portanto, se o patamar ético da conduta coletiva dos profissionais brasileiros fosse diferente e mais elevado do que o do restante de nossa sociedade, em suas diversas classes sociais, poderíamos até dispor de um Código de Ética e Disciplina menos prolixo, ou até prescindir de um manual deontológico.

O Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, enquanto uma conquista política da cidadania brasileira, traduz em si o compromisso compulsório dos profissionais em bem servir a sociedade; este que, ainda durante algum tempo histórico, será mantido sob eterna vigilância pelo poder profissional coercitivo da instituição pública.

Quando, e somente quando, os valores éticos transcendentais estiverem naturalizados em nossa cultura profissional, poderemos, então, abrir mão da vigilância institucional. Se este é o destino almejado, as tendências da atualidade conspiram contra a profecia. No

entanto, como não há urbe sem *civitas*, também não haverá Arquitetura e Urbanismo plenos sem plena cidadania e, até chegarmos a este encontro, partilhado como desejo pelos que acordaram para a consciência e importância humana da profissão, valem as palavras esperançosas de um velho arquiteto, Herbert Bangs, confiante no futuro que se avizinha:

“Projetados com a consciência de que existem princípios morais transcendentais, os grandes edifícios do futuro, diferentemente dos do presente, não serão peças de escultura glorificada ou expressão egoísta de arquitetos individualistas.”

Até o amanhã do círculo virtuoso, o elo entre a profissão e a vida cidadã deve ser preservado pelo desenho mágico. Desenho que reúna, congregue e irmane as pessoas, e este desenho é o ofício do arquiteto.

**“A criação
arquitetônica,
como manifestação
artística, deve ser
parametrizada pela
mediação de uma
ética profissional que
liberte a atividade
das amarras do
egocentrismo”**



Márcia Tiburi

Graduada em Filosofia e Artes e mestre e doutora em Filosofia. Publicou diversos livros de Filosofia, entre eles “Filosofia em Comum”, “Filosofia Brincante” e “Olho de Vidro” (todos de 2011) e “Sociedade Fissurada” (2013). Em 2014 lançou o ensaio “Filosofia Prática, Ética, Vida Cotidiana, Vida Virtual” (Record, também editora dos demais títulos). Publicou vários artigos em jornais e revistas sobre temas de ética. É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie (SP) e colunista da revista “Cult”.

A ÉTICA COMO PRÁTICA DE VIDA

Ética. Palavra de origem grega, que pode significar disciplina que estuda os valores e os princípios da conduta humana; conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão; ou a indicação de normas a que devem se ajustar as relações entre os diversos membros da sociedade. Mas o que significa, na prática, exercer a ética em uma profissão, em um grupo social, ou mesmo individualmente?

Para a professora Márcia Tiburi, da Universidade Mackenzie de São Paulo, a ética traz uma dificuldade intrínseca porque ela pressupõe uma reflexão individual, a produção de uma subjetividade própria – não se trata de um conjunto de regras imposto de cima para baixo, mas de um modo de agir, da pessoa com ela mesma e com o mundo. “O Código de Ética do CAU/BR traz um problema ético em si, porque não podemos obrigar ninguém a ser ético. As pessoas precisam se convencer por elas mesmas”, disse a filósofa durante sua participação na I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.

Essa reflexão começa pela percepção do outro, de se saber que vivemos em sociedade e que nossas ações afetam o mundo e as pessoas. E termina com uma prática de vida, um modo de agir que leva em consideração o resultado dessas reflexões. “Ética é uma palavra que vem dos gregos, é uma produção da vida em direção à felicidade. É um conceito altamente filosófico, por isso é tão importante que se crie essa

discussão, como o CAU faz com seu Código de Ética, principalmente numa sociedade tão avessa à discussão e à reflexão”, afirmou Márcia. “A ética é a área do conhecimento que se faz ação para produzir convivência com outras pessoas”.

Márcia propõe três perguntas que podem ajudar a orientar essa reflexão sobre a ética: “Como eu me tornei o que eu sou?”, “O que estamos fazendo uns com os outros?” e “Como viver juntos?”

São questões que obrigam uma reflexão profunda de nossa identidade em sociedade, que destacam o papel do outro na construção de nossa própria identidade, e que nos permitem medir a influência de outras pessoas nas nossas decisões cotidianas. Quem é o outro? É aquele que será afetado pelas minhas práticas, pelas minhas escolhas.

“A convivência é o nosso modo de ser”, afirma a filósofa. “Só existe mundo humano porque convivemos uns com os outros, somos seres de linguagens, tomamos decisões, construímos a política”, afirma. “A ética é uma responsabilidade sobre o contexto social”.

No caso da Arquitetura e do Urbanismo, essa é uma questão fundamental, uma vez que são os arquitetos e urbanistas que constroem os espaços de convivência, dentro e fora de casa. “O arquiteto pode ser uma figura interdisciplinar responsável por puxar essa discussão

para pensar o que é a cidade. Vocês são os profissionais que produzem a cidade, o espaço e o tempo da vida urbana”, disse Márcia. “A gente vive nas cidades uma crise de espaço-tempo, de questões ecológicas, de trabalho, de classe social, são questões que podem ser discutidos pelos arquitetos. Isso é uma ética”.

Para a professora, o interesse da Arquitetura e do Urbanismo está entrelaçado tanto com o conceito de ética como de cidadania – duas contribuições da filosofia grega. *Civitas*, em grego, pode significar tanto “cidade”, como lugar onde habitam os cidadãos, como “cidadania”, a condição social de participar e se responsabilizar pela vida da cidade. “Vocês constroem e destroem o espaço, têm que pensar na questão da convivência. Vocês são produtores do cenário que determina a convivência”, disse.

“A convivência é o nosso modo de ser. Só existe mundo humano porque convivemos uns com os outros, somos seres de linguagens, tomamos decisões, construímos a política. A ética é uma responsabilidade sobre o contexto social.”

Nessa ética que está presente na atividade profissional de arquitetos e urbanistas, é preciso manter uma reflexão ativa e evitar a repetição de regras e hábitos de forma automática. “Uma pessoa antiética, um canalha, não pensa, é burro, um robô da burocracia. Ele será sempre incapaz de se tornar uma pessoa ética se ele não pensar no que faz”, afirmou. “Vocês, como arquitetos e urbanistas, podem ser filósofos do concreto. Ou fascistas do concreto”.

“Fascista”, na acepção usada pela professora, é a pessoa que nega o outro a cada momento. É um conceito muito usado pela filósofa alemã Hannah Arendt, uma das mais influentes do século XX, que cunhou a expressão “a banalidade do mal” em seus artigos sobre o julgamento de crimes contra a humanidade cometidos pelo coronel nazista Adolf Eichmann.

O fascismo seria então a antítese da ética, criada para tornar possível a convivência em sociedade. “O fascismo vem da nossa postura avessa à convivência social, que nos torna ignorantes no nosso dia a dia. É o ódio produzido por essa ignorância”.

Márcia alerta que a ética é e sempre será uma questão difícil, porque ela nunca estará pronta e acabada. É a prática da reflexão, aplicada nas miudezas do cotidiano. E pode ser resumida nas três perguntas propostas: Como eu me tornei o que eu sou? O que estamos fazendo uns com os outros? Como viver junto?

Como a vida, a ética muda e se transforma junto com o mundo em que vivemos. Por isso a importância da reflexão permanente sobre nossas práticas de vida. “Não podemos nos contentar apenas com a criação de um Código de Ética da Arquitetura e Urbanismo, como o elaborado pelo CAU. É preciso discutir essa ética, considerar que tudo isso pode ser destruído no momento seguinte”, disse. “Temos que refazer a ética a cada dia e o Código de Ética é uma grande inspiração para isso”.



Paulo Markun

Jornalista, escritor e documentarista. Por dez anos, atuou como âncora e diretor do “Roda Viva” (TV Cultura), o mais antigo programa de entrevistas da televisão brasileira. Presidiu a Fundação Padre Anchieta entre 2007 e 2010. Tem 13 livros publicados. Concebeu e dirigiu, com Sérgio Roizenblit, a série “Arquitetura” (2012), sobre edificações relevantes no país, e “Habitar-Habitat” (2013), sobre maneiras de morar do brasileiro, para o SESC TV.

A ÉTICA DO JORNALISTA E A ÉTICA DO MARCENEIRO

O jornalista Paulo Markun sempre teve seus olhos voltados para as questões da cidadania. No início da carreira, dedicou-se a reportagens sobre os problemas urbanos da cidade. Como escritor e documentarista, abordou temas como a ditadura militar, a campanha das Diretas Já, o sistema político brasileiro e a independência de Timor Leste. Recentemente, venceu, junto com o cineasta Sérgio Roizenblit, o Prêmio Televisión de América Latina, com a série Habitar Habitat, exibida pela SescTV. O programa apresenta modelos de habitação encontrados no Brasil e estabelece a relação entre a casa e a identidade cultural.

Essa postura profissional perante os temas sociais foi em grande parte influenciada por um dos mais importantes arquitetos brasileiros, Vilanova Artigas. Nos anos 1960, Markun era um jovem estudante que, como muitos outros, eram recebidos pelo arquiteto para longas horas de conversa sobre o Brasil e a ditadura militar então vigente. “Cresci na casa do Vilanova Artigas”, contou o jornalista em sua palestra na I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo. “Ele adorava receber aqueles jovens que entravam na luta política, sob a força de seu exemplo. Eram aulas todas as noites, sobre os mais variados temas: urbanismo, arquitetura, filosofia”.

Mas eram os anos de chumbo. Membro do Partido Comunista Brasileiro, o arquiteto passara um curto período no Uruguai após o golpe e foi cassado do cargo de professor da FAU/USP em 1969. Só pôde retomar suas atividades como professor da Universidade de São Paulo dez anos depois.

Markun seguiu seu rumo no jornalismo. Trabalhando no jornal o Estado de S. Paulo, fazia reportagens sobre São Paulo, que nos anos 1970 já dava apresentava os problemas gerados pelo crescimento desordenado da cidade. Conheceu os grandes arquitetos da época, como Paulo Mendes da Rocha, Oscar Niemeyer e David Libeskind.

Como representante do Sindicato dos Jornalistas, promoveu um seminário sobre problemas urbanos, junto com associações de bairros, médicos, engenheiros e arquitetos. O encontro resultou em um documento entregue ao prefeito da época, Olavo Setúbal.

Toda essa atividade relacionada aos temas sociais se deve à postura ética do jornalista. Não como profissional, mas como cidadão. Markun destaca que as duas éticas são inseparáveis. Trata-se de um conceito criado pelo jornalista Cláudio Abramo, ex-diretor de redação do “Estado de S. Paulo” e da “Folha de S. Paulo”. Escreveu Abramo:

“Sou jornalista, mas gosto mesmo é de marcenaria. Gosto de fazer móveis, cadeiras, e minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista. Não tenho duas. Não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão”.



Oscar Niemeyer foi uma das personalidades da Arquitetura brasileira que Paulo Markun conheceu em sua carreira como jornalista.

Para Markun, a ética transcende as questões específicas de uma profissão, embora essas questões demandem, sim, um Código de Ética para orientar e promover o debate entre os profissionais. Ainda citando Cláudio Abramo:

“O que o jornalista não deve fazer que o cidadão comum não deve fazer? O cidadão não pode trair a palavra dada, não pode abusar da confiança do outro, não pode mentir”.

Paulo Markun enfrentou a dificuldade de lidar com questões éticas já no início da carreira, num episódio envolvendo o mais famoso arquiteto brasileiro: Oscar Niemeyer. Numa festa em São Paulo, em 1972, os dois se encontraram e Markun pediu um encontro com o arquiteto. “Claro, passe lá no meu escritório em Copacabana”, disse Niemeyer. No dia seguinte, Markun chegou no jornal e deu a novidade: tinha uma entrevista exclusiva. O jovem repórter foi enviado ao Rio de Janeiro. Recebido por Niemeyer, sentou-se e tirou o caderno de anotações. O arquiteto disse que não poderia haver anotações, que se fosse entrevista, ele só dava por escrito. Markun então anotou as perguntas e Niemeyer disse que retornaria em três dias.

“Aí cometi meu pecado ético, moral, profissional. Liguei para o jornal e disse que a entrevista só poderia acontecer dali a três dias”, contou Markun. “Eu era novo, 20 anos, não sabia como explicar que eu havia combinado mal a entrevista”. Resultado: Niemeyer viajou à Europa – de navio – e nunca respondeu às perguntas. O jornal transferiu Markun para a cobertura de Trânsito.

Cinco anos depois, já na “Folha de S. Paulo”, Markun voltou ao problema: pediu mais uma vez uma passagem ao Rio para entrevistar Niemeyer. Chegando ao escritório de Copacabana, foi de novo recebido pelo arquiteto, mas dessa vez deixou o caderninho do

“Cresci na casa do Vilanova Artigas, ele adorava receber aqueles jovens que entravam na luta política, sob a força de seu exemplo. Eram aulas todas as noites, sobre os mais variados temas: Urbanismo, Arquitetura, Filosofia”

bolso. Conversaram longamente. Markun então publicou uma página inteira sobre Niemeyer, contando inclusive o caso de cinco anos antes.

Falando sobre os tempos atuais, o jornalista destacou que as entidades profissionais perderam relevância na sua atuação em promover os grandes debates sociais, inclusive no campo da ética, um dos principais temas da agenda política brasileira. “Por que isso aconteceu? Por corporativismo? Por falta de interesse dos veículos de comunicação?”

Para Markun, o que falta são debates interdisciplinares, que extrapolem os debates específicos de uma profissão e que tratem da sociedade como um todo. Trazendo inclusive os movimentos sociais. “As questões da cidade não têm mais tribunas que juntem os atores sociais e que tenham relevância e significação”, afirmou. “Eu acredito que quem pode liderar esse processo são os arquitetos. Porque vocês têm a pretensão de ser interdisciplinares”.

Ele sugeriu que os arquitetos convoquem os outros setores da sociedade para essa discussão. “Nós temos a responsabilidade de mudar as coisas. E temos os instrumentos para isso. Hoje em dia todos estão conectados em rede, os protestos nas ruas são cada vez mais frequentes. Falta união em torno de bandeiras e teses comuns a todos”.

Ele deu como exemplo a tentativa do governo em aprovar a Contratação Integrada em obras públicas. O CAU considera o projeto um perigo para a sociedade, na medida em que dispensa vários cuidados para assegurar a qualidade do que é construído pelo poder público. “Não preciso dizer aqui aos arquitetos os problemas envolvidos nessa iniciativa. Mas precisamos dizer isso à sociedade, e acredito que cabe aos arquitetos e ao CAU promover esse debate. Não há porque não fazê-lo”.



Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo reuniu convidados, arquitetos e estudantes para um grande debate sobre o futuro do CAU. Nas fotos, estudantes posam em frente ao stand do CAU/BR (1); arquitetos gravam depoimentos para o site Arquitetura e Urbanismo para Todos (2); a historiadora e socióloga Maria Alice de Carvalho (3) e o jornalista Hélio Campos Mello (4) participam dos debates. Na foto abaixo, a mesa do Eixo Temático III: a professora de Filosofia Márcia Tiburi, o conselheiro federal Napoelão Ferreira, o presidente do CAU/CE, Luciano Guimarães e o jornalista Paulo Markun.





Plenária Final

Arquitetos e urbanistas propuseram novas diretrizes de ação para o CAU nos próximos três anos a partir dos debates promovidos na cidade de Fortaleza

Os arquitetos e urbanistas reunidos em Fortaleza para a Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo tinham a missão de produzir diretrizes de ação da categoria para os próximos três anos. De acordo com o regimento, os objetivos da Conferência são:

– Debater e posicionar os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, as entidades de classe representativas dos arquitetos e urbanistas, e a sociedade sobre: (i) os temas atuais e relevantes relacionados à Arquitetura e Urbanismo nos âmbitos nacional e regional; (ii) as políticas nacionais e regionais de interesse da Arquitetura e Urbanismo e dos arquitetos e urbanistas; (iii) as normas e políticas de orientação, disciplina e fiscalização do exercício da profissão de arquiteto e urbanista;

– Promover a comunicação dos arquitetos e urbanistas visando a abordagem de temas relacionados à profissão, incluindo o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento na área de Arquitetura e Urbanismo.

No último dia do evento, a Plenária Final consolidou as propostas apresentadas nos três dias anteriores, dentro dos eixos temáticos propostos. As ações aprovadas em votação tratam da maior participação dos arquitetos e urbanistas nos debates sobre a construção das cidades e demandam maior interlocução com outros coletivos organizados, como conselhos profissionais e movimentos sociais.

Quanto ao ensino e à formação, os profissionais reunidos na Conferência determinaram que o CAU deve estreitar seus laços com o Ministério da Educação para garantir a qualidade e apoiar, junto com outras organizações, a melhoria também na educação básica. Outra proposta é empreender ações junto aos governos federal, estaduais e municipais para estimular a formação de quadros técnicos permanentes de arquitetos e urbanistas contratados por meio de concurso público. Há ainda a proposta de instruir a sociedade sobre a restrição da cobrança de reserva técnica, considerada falta ético-profissional.

A Plenária Final também construiu um documento que sintetiza as discussões ocorridas na Conferência. O documento aborda a reflexão produzida pelos arquitetos e urbanistas sobre as dinâmicas que mantêm as cidades em constante transformação, destacando a defesa dos interesses coletivos sobre os demais. Sintetiza a união entre formação e exercício profissional, ética e atuação política que marcou a Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.

“A Conferência tem um significado especial para o CAU/BR”, disse o presidente Haroldo Pinheiro. “Temos uma imensa felicidade em ver tantos arquitetos e urbanistas interessados na evolução, na organização e nas responsabilidades da profissão”.

Carta de Fortaleza

Garantir Arquitetura e Urbanismo para todos é o objetivo maior deste momento histórico, momento em que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo materializa um projeto, que certamente constituirá o marco inicial de um relacionamento amplo com todos os segmentos que pensam e produzem os espaços de nosso habitat, através de um pacto para a criação de políticas inclusivas.

Refletir sobre a ampla temática das atribuições e competências profissionais dos arquitetos e urbanistas remete ao âmbito das importantes questões que envolvem todas as etapas de ocupação do território. Etapas que devem ser pautadas por avaliações profundas de nossa atividade profissional, sem o que os objetivos maiores que embasam as intervenções em todas as escalas de nosso território carecerão de fundamento.

É imprescindível que vejamos nossas cidades de forma ampliada, como o organismo vivo que está em constante transformação. A apropriação completa de todos os condicionantes, que interagem entre si para a criação das cidades, com as vocações peculiares de cada lugar e sua gente, garante que não se viole as principais simbologias que formam a identidade de cada uma delas. Os conteúdos advindos destas riquezas, processadas através da participação de todos os atores, elaboram seu desenvolvimento a partir da ocupação legítima de espaços públicos e privados.

A construção de espaços democráticos é vital à vida das cidades e depende da promoção de profundas reformas estruturais concretas de caráter político e urbano, que deverão superar nosso estigma de imobilismo. As discussões e proposições acerca de nosso habitat não dependem de fórmulas mirabolantes, mas de organização e promoções mínimas, onde de fato os interesses coletivos da sociedade predominem sobre os demais.

Os marcos regulatórios necessários a que retomemos as nossas responsabilidades sociais como categoria profissional estão prontos, mas não construídos, tarefa habilitada por nosso perfil de abordagens interdisciplinares. A atitude de se tomar as rédeas de um complexo processo de construção de um novo paradigma que ultrapasse o discurso e reflita as expectativas e ansiedades de todos nós arquitetos e urbanistas, e para a concretização desta meta, utilizar a política, é o caminho para a felicidade e o primeiro passo em direção a uma consistente política urbana.

No que se refere à formação profissional, é fundamental não se derrapar no mercenarismo, tecnicismo, amadorismo e corporativismo, mas sim, unir-se com um compromisso entre iguais. O ensino como agente qualificador dos futuros espaços coletivos e privados tem, claramente, grande responsabilidade na formação destes profissionais que estarão, de



Documento final da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo destacou a necessidade de trazer de volta o planejamento para as cidades brasileiras, como foi feito em Brasília nos anos 1960. Mais de 800 arquitetos e urbanistas colaboraram com a redação do documento.



“A construção de espaços democráticos depende da promoção de profundas reformas estruturais concretas de caráter político e urbano que deverão superar nosso estigma de imobilismo”

imediatamente, imersos em todo este leque de atribuições. A responsabilidade social torna-se muito mais ampla do que se supõe à primeira vista e deverá estar na raiz das futuras ações para a qualificação do ensino da Arquitetura e Urbanismo no País.

A perspectiva de ação que visualizamos a partir das competências necessárias ao cumprimento de todos os impositivos profissionais, determinados no conjunto dos marcos regulatórios existentes, determinará às escolas de Arquitetura e Urbanismo a formação de todas as atribuições.

O resultado do tema em questão também aponta para a responsabilidade social de todos os atores, complementada pela obrigatoriedade das ações de fiscalização do exercício profissional, garantidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, exigindo simultaneamente rigoroso cumprimento das atribuições e atitudes éticas dos profissionais.

A sociedade não é convidada à refletir ética juntamente com o Conselho, isso valoriza a iniciativa de construção de uma consciência ética de dentro para fora de nosso coletivo profissional. A construção de um cenário social, no qual alguns conceitos são aceitos, permite o diálogo que consolida a base para a construção da cidadania a partir de nossa percepção profissional. O conteúdo ético de nossas ações coletivas surge da consciência, da relação de iguais com objetivos semelhantes e da relação e interação com espaços de vida e de viver.

Os conteúdos exarados nesta I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo vêm ao encontro das demandas produzidas ao longo de décadas, que refletem realidades multidimensionais e diversificadas de um contexto nacional diferenciado e que buscam os registros de experiências vividas ao longo do processo de implantação e construção simultânea do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Especialmente os contidos nas Cartas de Goiânia, Boa Vista, Campo Grande e Gramado, editadas nas Reuniões de Presidentes dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo das Unidades Federativas, nas Conferências Estaduais realizadas pelos CAU/UF e nas contribuições exaradas pelo Colegiado Permanentes das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CEAU).

O teor dessas cartas e contribuições, que serão incluídas na íntegra no relatório final, não contém somente reflexões teóricas e preocupações no que concerne ao exercício da Arquitetura e Urbanismo em todo o território nacional, mas postulados importantes para serem analisados e apontarem possibilidades para o desdobramento de ações e estratégias de desenvolvimento social e urbano.



Superquadra em Brasília. Projeto urbanístico de Lucio Costa. Foto: Nelson Kon.

“Devemos estabelecer canais permanentes de diálogos com a sociedade, ampliando a defesa de uma política de Estado para a Arquitetura e o Urbanismo, por cidades mais humanas e habitações dignas”

A sociedade são os cidadãos, as entidades que os representam, as forças produtivas, o setor educacional, os partidos políticos, a imprensa e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Devemos estabelecer canais permanentes de diálogo com todos, ampliando a defesa de uma política de Estado para a Arquitetura e o Urbanismo, por cidades mais humanas e habitações dignas para todos. O momento é agora.

As ruas, em junho de 2013, pediram urbanidade, mesmo que de forma aparentemente desconexa. Há representantes do Executivo e do Legislativo que ainda não se conscientizaram disso, tamanho o equívoco da proposição da MP 630/13, já aprovada pela Câmara dos Deputados, que em síntese entrega para as empreiteiras o dever do Estado de planejar nossos espaços públicos, da pequena escola às grandes obras. É imperioso que o Senado rejeite a MP 630/13, não permitindo a perpetuação de uma reforma urbana inversa à necessária, em tudo antidemocrática.

A Conferência de Fortaleza nos estimula a ampliar a condenação veemente da medida, somando novas forças com profissionais de diferentes áreas de conhecimento, garantindo uma visão multidisciplinar. Nesse sentido, é essencial que os meios de comunicação abram espaço para o debate democrático da questão, cumprindo seu papel de difusor do contraditório e de apoio a uma vigorosa reflexão sobre o habitat brasileiro.

Fortaleza, 25 de abril de 2014.

Propostas aprovadas

EIXO I

O CAU, a Sociedade e as Políticas Públicas

- Estudar metodologias ou ações que ajudem a sociedade a expressar suas dificuldades, anseios e expectativas em relação à construção das cidades;
- Incentivar a articulação política entre as entidades de caráter coletivo, baseada na solidariedade no sentido amplo;
- Conscientizar os arquitetos e urbanistas sobre as necessidades de adotar posturas e práticas mais inclusivas e participativas no contexto político local e nacional;
- Participar da construção da valorização profissional, promovendo a mudança gradual através dos avanços de uma governança efetiva;
- Garantir que as cidades e o território sejam suportes físicos estratégicos para o desenvolvimento ambiental, cultural, social e econômico;
- Combater a descontinuidade das políticas públicas;
- Garantir a participação efetiva do arquiteto e urbanista na construção de políticas públicas urbanas consistentes.

EIXO II

Formação, Exercício e Compromisso Social

ENSINO E FORMAÇÃO:

- Incentivar a participação dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo na exigência de uma formação de qualidade;
- Buscar estreitar os laços com o Ministério da Educação (MEC) e entidades de Arquitetura e Urbanismo objetivando garantir a qualidade do ensino e a aplicação da legislação educacional;
- Buscar a criação de uma comissão conjunta com todos os conselhos profissionais do Brasil, objetivando agir junto aos órgãos do governo federal em prol da melhoria da educação básica;
- Promover e apoiar ciclo de palestras envolvendo conselheiros e convidados do CAU nos cursos de Arquitetura e Urbanismo do país;
- Firmar convênios de cooperação técnica com as prefeituras municipais com o objetivo de aproximar e elucidar as crianças e adolescentes (futuros profissionais) sobre a profissão do arquiteto e urbanista e suas atribuições profissionais;

- Construir uma estratégia comum entre o CAU e os cursos de Arquitetura e Urbanismo para a utilização dos sistemas IGEO e SICCAU na avaliação e no planejamento do compromisso social da profissão.

EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

- Reforçar o repúdio à MP 630;
- Empreender ações junto à União, estados e municípios, no sentido de criar mecanismos que possam induzi-los a formarem quadros técnicos permanentes compostos por arquitetos e urbanistas, contratados através de concursos públicos, em proporção à respectiva população;
- Melhorar a divulgação das ações do CAU com foco na sociedade como um todo.

EIXO III

Ética Profissional e Cidadania

- Criar um plano estratégico para que o CAU seja visto como um Conselho pró-ativo na garantia da segurança da sociedade;
- Divulgar o repúdio à MP 630/13 para a sociedade por meio de uma rede de contatos;
- Criar um fórum permanente, inclusive de forma virtual, que fomente e torne oportuna a reflexão sobre “Ética, Exercício Profissional e Relacionamento com a Sociedade”;
- Trabalhar para garantir a mudança de comportamento da atual e futuras das gerações de arquitetos para que se apropriem do Código de Ética como instrumento inspirador e não somente punitivo;
- Montar um ciclo de palestras sobre a ética como inspiração, para que os CAU/UF fortaleçam a relação e apoio à sociedade;
- Buscar interferir e ajustar os prazos impraticáveis exigidos pelas licitações e que vão de encontro às exigências e normas que hoje os arquitetos e urbanistas são submetidos;
- Adaptar o SICCAU para comportar um fluxo maior de trâmites processuais e o arquivamento de processos digitalizados.



Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro/RJ | Projeto arquitetônico e urbanístico: Affonso
Eduardo Reidy | Paisagismo: Roberto Burle Marx | Fotografia: Nelson Kon



Resultados

I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo já produziu desdobramentos importantes, como a ampliação do diálogo com a sociedade e vitórias na luta pela melhoria da qualidade nas obras públicas

A mobilização dos arquitetos e urbanistas reunidos em Fortaleza para a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo produziu resultados imediatos, principalmente no diálogo do CAU com a sociedade.

O evento foi assunto de diversas reportagens em jornais de grande circulação, TVs, sites e revistas especializadas, que repercutiram as propostas apresentadas para melhorar a qualidade e o exercício profissional da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil.

A maior vitória dos arquitetos e urbanistas, em consequência da realização da Conferência, foi a derrubada da Medida Provisória 630/13 no Congresso Nacional, que estendia o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para todas as obras públicas no país. Graças à intensa mobilização da classe profissional e de outros setores da sociedade, a medida foi retirada da pauta do Senado pelo Governo Federal.

Outro resultado da Conferência foi a criação do portal "Arquitetura e Urbanismo para Todos" (<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br>), que reúne entrevistas com os principais nomes da área no Brasil, com o objetivo de disseminar junto ao público os valores e o objetivo da profissão de arquiteto e urbanista.

Esses desdobramentos iniciais proporcionados pela Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo serão seguidos por muitos outros, a partir das diretrizes aprovadas pelos participantes do evento. Essas diretrizes servirão de referência para as ações realizadas pelo CAU/BR e pelos CAU/UF nos próximos três anos, sempre em busca do protagonismo de arquitetos e urbanistas no planejamento e desenvolvimento das cidades brasileiras.



ARQUITETURA E URBANISMO NA IMPRENSA

Veja abaixo as principais reportagens e artigos publicados sobre os debates que marcaram a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.



The screenshot shows the PINI website interface. At the top, there is a navigation menu with links for Revistas, Blogs, Livros, TCPO, Consultoria, Eventos, Sistemas, PINIData, PINIempregos, Loja, Assine, Anuncie, Sobre nós, and Contato. Below this is the 'aU' logo and a search bar. To the right of the search bar are buttons for 'Cadastro PINIWeb', 'Login', and 'Cadastre-se GRÁTIS'. Below the search bar is a horizontal menu with categories: RESIDENCIAL, EDIFÍCIOS, INTERIORES, URBANISMO, DESIGN, SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA, ENTREVISTAS, ARTIGOS, and AU EDUCAÇÃO. Underneath this menu are sub-categories: Assuntos em destaque, Cidades Cicláveis, aU em Rede, Notícias da PINIWeb, and Espaços públicos. A large banner in the center of the page reads 'INSCREVA-SE JÁ!'. Below the banner is a 'Notícias' section with a 'Share' button. The main article is titled 'Como transformar debates solitários em problemas públicos: a primeira palestra da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo' by Bianca Antunes, de Fortaleza, dated 23/Abril/2014. The article features a photo of a panel discussion with four people on a stage. To the right of the article is a 'Publicidade' section with three sub-sections: 'Urbanismo' (Projeto prevê construção de ciclovia flutuante sobre o Rio Tâmesa, em Londres), 'Agenda' (Rio de Janeiro recebe workshop sobre técnicas de design computacional), 'Edifícios' (Norman Foster e Frank Gehry divulgam novas imagens do projeto de revitalização de usina desativada em Londres), 'Edifícios' (Estudantes da Universidade Federal do Paraná vencem concurso do CBCA para projeto de habitação popular), and 'Arquitetos' (Os profissionais que assinaram os projetos publicados na edição).

10/03 - Confira a programação da 1ª Conferência Nacional do CAU - ARCOWEB

<http://arcoweb.com.br/noticias/noticias/confira-programacao-primeira-conferencia-nacional-cau>

Matéria traz informações sobre a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo e destaca a programação diária do evento.

21/03 - I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo em Fortaleza - Arch Daily

<http://www.archdaily.com.br/br/01-184904/i-conferencia-nacional-de-arquitetura-e-urbanismo-em-fortaleza>

Matéria destaca a I Conferência Nacional de Arquitetura como iniciativa que aproxima arquitetos da sociedade e promove o debate sobre o planejamento das cidades.

03/04 - Fortaleza sedia XX Congresso de Arquitetos – Diário do Nordeste

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/fortaleza-sedia-xx-congresso-de-arquitetos-1.970277>

O “Diário do Nordeste” destaca o tema da I Conferência Nacional – “Arquitetura e Urbanismo para Todos”. Na matéria, Haroldo Pinheiro, presidente do CAU/BR, pontua os objetivos do evento: “construir um canal de diálogo entre o Conselho, os arquitetos e, em especial, a sociedade em geral”.

04/04 - Conferência de arquitetura e urbanismo debate planejamento das cidades - CorreioWeb/Lugar Certo

http://www.lugarcerto.com.br/app/402,61/2014/04/04/interna_ultimas,48152/conferencia-de-arquitetura-e-urbanismo-debate-planejamento-das-cidades.shtml
Planejamento das cidades é o destaque da matéria sobre a I Conferência de Arquitetura e Urbanismo. O presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, explica que “é senso comum entre arquitetos e setores importantes da sociedade que Arquitetura e Urbanismo são disciplinas essenciais para a qualidade de vida da população. A prática mostra, porém, que os profissionais da área participam muito pouco dos processos de decisão e do planejamento das nossas cidades”. A notícia relembra os objetivos do evento e traz os textos-base que orientaram as discussões.

16/04 - 1º Conferência Nacional do CAU: veja quem são os palestrantes - Arcoweb

<http://arcoweb.com.br/noticias/noticias/palestrantes-conferencia-nacional-cau>
Os arquitetos, especialistas e jornalistas que participaram das mesas de debate da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo foram apresentados em matéria publicada pela Arcoweb. O texto identifica os temas e participantes de cada debate.

16/04 - Confira aqui os textos guias da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo – IAB

<http://www.iab.org.br/noticias/confira-aqui-os-textos-guias-da-i-conferencia-nacional-de-arquitetura-e-urbanismo>
O IAB traz os textos-base dos Grupos de Trabalho, que foram divulgados pelo CAU/BR.

16/04 - CAU anuncia programação da 1ª Conferência Nacional de arquitetura e urbanismo – Portal AU

<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/cau-anuncia-programacao-da-1-conferencia-nacional-de-arquitetura-e-310886-1.aspx>
Matéria destaca a I Conferência como encontro que incentiva a aliança de entidades profissionais de arquitetos e urbanistas com organizações sociais que defendem a qualidade de vida nas cidades.

16/04 - I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo – Vitruvius

<http://vitruvius.com.br/jornal/events/read/1109>
O portal Vitruvius apresenta a I Conferência e destaca os objetivos do evento: reaproximar arquitetos da sociedade, discutindo uma agenda conjunta que contenha diretrizes e metas para a profissão do arquiteto e urbanista.

Arquitetura

Conferência Nacional será aberta hoje

A I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, promovida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), inicia-se hoje com a participação dos jornalista Washington Novaes e da socióloga Maria Alice Rezende de Carvalho, coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que vão debater sobre a sociedade e as políticas públicas.

O objetivo da Conferência é discutir a importância da Arquitetura, dos planos e projetos na organização das cidades, do espaço construído e de seus reflexos positivos para a qualidade de vida dos cidadãos. O evento ocorre do até dia 25 de abril, no Centro de Eventos do Ceará, e espera reunir mais de 600 arquitetos e urbanistas.

Paralelamente à Conferência, ocorrerão outros encontros de entidades representativas da categoria, como o XX Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA), que vai reunir cerca de 2.000 profissionais. O Conselho de Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP) e a Federação Nacional de Arquitetos (FNA), além de todas as de-

leções do IAB, também vão participar do evento.

“A I Conferência tem um significado especial para o CAU/BR, pois se realiza logo do início do terceiro ano de sua instalação”, diz Haroldo Pinheiro, presidente do Conselho. Para ele, a realização conjunta da Conferência do CAU e do próprio CBA possibilitará uma visão maior, federativa, da realidade do País e da Arquitetura e do Urbanismo.

Até amanhã, debatedores, como Nilson José Machado, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e Hélio Campos Mello, fotógrafo, ex-diretor de redação da IstoÉ, estarão discutindo sobre políticas públicas, cidadania, formação profissional e ética dentro da Arquitetura e Urbanismo.

Serviço

I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo

Quando: de hoje a 25 de abril de 2014

Onde: Centro de Eventos do Ceará

Informações:
<http://www.cau.br.gov.br/conferenciainacional>

22/04 - Conferência Nacional será aberta hoje - O Povo Online

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/04/22/noticiasjornaleconomia,3239587/conferencia-nacional-sera-aberta-hoje.shtml>

O primeiro dia da Conferência e os palestrantes que estiveram presentes nesse dia são destaque em matéria de “O Povo”. Texto destaca que “a I Conferência tem um significado especial para o CAU/BR, pois se realiza logo no início do terceiro ano de sua instalação”.

22/04 - Arquitetos(as) e Urbanistas de todo o Brasil se encontram na I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo - ArchDaily

<http://www.archdaily.com.br/br/601245/arquitetos-as-e-urbanistas-de-todo-o-brasil-se-encontram-na-i-conferencia-nacional-de-arquitetura-e-urbanismo>

A matéria destaca a importância histórica da I Conferência Nacional de Arquitetura, um dos maiores eventos desde a publicação da Lei 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil e reitera a importância da participação do arquiteto nesse processo. Enumera os três eixos nos quais a conferência é estruturada, apresentando os grupos de trabalhos correspondentes aos dias da Conferência.

23/04 - Como transformar debates solitários em problemas públicos: a primeira palestra da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo - AU

<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/como-transformar-debates-solitarios-em-problemas-publicos-a-primeira-palestra-311003-1.aspx>

A jornalista Bianca Antunes inicia o texto com um questionamento: como fazer com que os temas em debate entre os arquitetos sejam colocados em discussão pela sociedade? A questão colocada pela historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho e discutida pelo jornalista Washington Novaes, debatedores do 1º dia de discussões da Conferência de Fortaleza, ganhou amplitude prática quando passou-se a discutir o Regime Diferenciado de Contratação Pública e o manifesto contrário do CAU ao regime. Para Maria Alice, o grande perigo dessa medida é entregar às empreiteiras a responsabilidade pela construção das cidades. “A cidade fica prisioneira de práticas mercantilistas, desconsiderando o interesse do cidadão”, analisa.

23/04 - Fortaleza sedia conferência nacional sobre arquitetura e urbanismo – TV Diário

<http://tvdiario.verdesmares.com.br/videos/detalhes-de-videos?id=131a6ad60c19b9be0d3ef8cc0cf60f38>

A principal emissora de TV do Ceará apresenta reportagem sobre a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, com destaque para as discussões sobre o futuro das cidades brasileiras.

25/04 - Veja como foi a abertura da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo – ASBEA

<http://www.asbea.org.br/escritorios-arquitetura/noticias/veja-como-foi-a-abertura-da-i-conferencia-nacional-de-311080-1.asp>

Replicação do texto veiculado na página do CAU/BR.

30/04 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas é debatido por especialistas – CorreioWeb/Lugar Certo

http://www.lugarcerto.com.br/app/402,61/2014/04/30/interna_ultimas,48213/regime-diferenciado-de-contratacoes-publicas-e-debatido-por-especialis.shtml

O artigo fala sobre um tema discutido na conferência, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Destaca opinião de Haroldo Pinheiro, presidente do CAU/BR, sobre como aprovação da MP 630/13 seria um retrocesso e reitera posição do Conselho, que reconhece que essa legislação deve ser atualizada, mas não de forma açodada, via MPs, com pouco tempo de discussão com a sociedade. "O ideal seria que os deputados rejeitem a MP, estimulando o Congresso a tratar dessa matéria de forma consolidada, no âmbito da revisão da lei das licitações, a 8.666/93, que está tramitando no Senado". A publicação também ouviu os debatedores convidados Maria Alice e Washington Novaes.



The screenshot shows the website 'lugarcerto.com.br' with the 'CORREIO BRAZILIENSE' logo. The navigation bar includes 'CAPA', 'CLASSIFICADOS', 'NOTÍCIAS', 'DECORAÇÃO', 'SHOW ROOM', 'FOTOS', 'IMOBILIÁRIAS', and 'ANUNCIE SEU IMÓVEL'. The article title is 'Regime Diferenciado de Contratações Públicas é debatido por especialistas'. The author is 'Diane Lourenço - CorreioWeb' and the publication date is '30/04/2014 08:00'. The article text is partially visible, starting with 'Congresso realizado em Fortaleza, abordou durante três dias a possibilidade de uso do RDC...'. On the right, there is a search filter for 'NOVA BUSCA' with options for 'RESIDENCIAL', 'COMPRAR', 'CIDADES', 'BAIRROS', 'TIPO DE IMÓVEL', 'QUARTOS', 'VAGAS', 'PREÇO - DE', and 'PREÇO - ATE'. Below the search filter are sections for 'ULTIMAS NOTÍCIAS' and 'MAIS ACESSADAS'.

Cuidar das cidades para onde ninguém mais olha

WASHINGTON NOVAES

Na Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, promovida há poucos dias em Fortaleza pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU) e várias outras instituições da área, teve apoio unânime o repúdio ao texto da Medida Provisória (MP) n.º 630/2013, em tramitação no Congresso, já aprovado pela Câmara dos Deputados e aguardando votação no Senado. A medida, na prática, cria o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC): transfere às empreiteiras o planejamento e a execução de projetos de engenharia e arquitetura na área pública, em todos os níveis, pois lhes permite projetar, construir e atestar obras. Também inviabiliza, como foi dito ali, a própria atuação dos Tribunais de Contas (como julgar, então, se o preço é justo?). E, na prática, revoga a Lei n.º

“a inserção brasileira no capitalismo industrial”, acirrou os conflitos nos centros urbanos. E os arquitetos e urbanistas precisam participar da discussão da agenda resultante: o papel do Estado, as desigualdades, os contrastes. Porque, apesar da criação do Estatuto das Cidades, “o conjunto é frágil”. Há mais de 106 mil arquitetos e urbanistas registrados no Brasil, mas com acentuadas diferenças entre os Estados: 20 deles têm número de profissionais abaixo da média nacional.

A área considerada mais grave é a habitacional, em que “vemos a quase institucionalização da informalidade e da produção de edificações, principalmente moradias”, que não se resolve apenas com fiscalização e autos de infração: “O mais ade-

É importante discutir o planejamento urbano e impedir aberrações como a da MP 630/2013

quais); a perda das florestas e da biodiversidade; a concentração progressiva do consumo (80% dos recursos) e da renda nos países mais ricos; o drama de um quarto da humanidade que vive abaixo da linha da pobreza; e 820 milhões de pessoas que passam fome. Junto com tudo isso, a participação progressiva das zonas urbanas nas emissões de poluentes (mais de 50% hoje e perspectiva de mais de 60% nas próximas décadas).

Fica, então, a perplexidade: num panorama como esse, o poder público renuncia à sua capacidade de planejar a expansão física dos aglomerados urbanos? E como fará, se isso agrava ainda mais o emaranhado de problemas entrelaçados na “mobilidade urbana”? Se já não há planos diretores para as macrorregiões (como a metropolitana de São Paulo), vai-se concordar com o caos prenunciado?

A situação na área de serviços

02/05 - Cuidar das cidades para onde ninguém mais olha - O Estado de S. Paulo

<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,cuidar-das-cidades-para-onde-ninguem-mais-olha-imp-,1161235>

Artigo escrito por Washington Novaes, um dos palestrantes da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, destaca o repúdio unânime ao texto da Medida Provisória que ampliava para todas as obras públicas a possibilidade de contratação integrada por instituições que participaram da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo. Entre os argumentos utilizados pelo jornalista, estão a inviabilidade de atuação dos tribunais de contas e a transferência às empreiteiras do planejamento e execução de projetos de Engenharia e Arquitetura. No texto, Washington aborda questões como habitação, qualidade de vida e infraestrutura urbana, tão relacionados ao planejamento urbano, foco dos debates da Conferência de Fortaleza.



Jun/14 - Perigo real – Projeto Design

Em artigo publicado por Evelise Grunow na revista “Projeto Design”, a jornalista destacou que a I Conferência Nacional do CAU/BR serviu de balanço e palco para a reflexão sobre o papel do Conselho na relação com profissionais e sociedade e fez um alerta, debatido durante o evento: o perigo iminente da aprovação da MP 630/2013, que pretendia estender a todas obras públicas a possibilidade de licitação com base em anteprojetos. Intitulada “Perigo Real”, a matéria traz argumentos para a aplicação de concursos públicos e obrigatoriedade de projetos completos.

05/05 - Uma conferência para todos – AU para todos

<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/a-conferencia/>

A publicação enfatiza o significado da I Conferência para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo após as manifestações de junho de 2013 e destaca o momento oportuno no qual o evento aconteceu: o debate sobre planejamento urbano em ano eleitoral.



Foto: Agência Senado.

A LUTA PELA QUALIDADE NAS OBRAS PÚBLICAS

No dia 20 de maio de 2014, um acordo das lideranças do Senado causou uma reviravolta na tramitação da Medida Provisória 630/2013 e selou uma histórica vitória dos arquitetos do país, para a qual muito contribuiu a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.

A MP 630/13 fora enviada ao Congresso pela presidente Dilma Rousseff em fins dezembro de 2013, tendo como objetivo utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) na construção ou reforma de presídios e unidades socioeducacionais para adolescentes infratores. Durante a tramitação da MP no Congresso, porém, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), relatora da proposta, propôs generalizar o uso do instrumento para todas as obras públicas. Depois de muito insistir, naquele dia 20, ela teve que recuar e aceitar a aprovação da medida na forma original proposta pela Presidência da República.

Um dos problemas do RDC é a “contratação integrada”, modalidade que permite a licitação de obras públicas com base apenas em anteprojetos. Na prática, isso significa entregar para as empreiteiras o planejamento das obras e espaços públicos do país, o que obteve o repúdio unânime das entidades de Arquitetura e Engenharia do país, com significativo protagonismo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

A Conferência de Fortaleza ampliou a exposição e debate do tema. Uma das palestrantes da Conferência, a socióloga Maria Alice Rezende de Carvalho, foi enfática: “A MP 630 é um instrumento de intervenção urbana e urbanística que contraria o espírito da Constituição, a qual prevê o controle social das políticas públicas, inclusive daquelas voltadas à revitalização das cidades”.

Para o jornalista Washington Novaes, outro palestrante, a proposta era “um deboche com a sociedade brasileira”. Ao congratular-se com o CAU/BR por tornar visíveis os problemas da MP 630, ele lembrou que hoje a sociedade tem poucos meios para se manifestar, o que colabora para que mais da metade dos artigos da Constituição não seja cumprida. “A

“Os arquitetos têm a responsabilidade de liderar essa batalha, resgatando seu espaço no debate do futuro de nossas cidades, chamando para seu lado os profissionais de outros conselhos, pois essa é uma causa acima de profissões, é uma causa da sociedade”

sociedade não reage e precisa se articular nessa direção”.

Na mesma linha, o jornalista Paulo Markun afirmou que o CAU/BR tinha uma bandeira e uma missão fundamental a cumprir: denunciar e explicar as implicações da MP 630/13 para a sociedade. “Os arquitetos têm a responsabilidade de liderar essa batalha, resgatando seu espaço no debate do futuro de nossas cidades, chamando para seu lado os profissionais de outros conselhos, pois essa é uma causa acima de profissões, é uma causa da sociedade”.

Criado em 2011, o RDC deveria ser usado apenas na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, mas aos poucos foi ampliado para as obras do PAC, do SUS e outras. A justificativa para a contratação de obras apenas na base de anteprojetos seria a aceleração do processo de licitação, pois a responsabilidade pela realização do projeto completo ficaria com a construtora, além da construção em si.

Ocorre que, dessa forma, o poder público fica sem controle da matriz de custos utilizada para elaborar o orçamento da obra, não opina sobre a qualidade dos materiais empregados e não define prazo de execução, como denunciou documento “As Obras Públicas e o Direito à Cidade”, de fevereiro de 2014, assinado por onze entidades de Arquitetura e Engenharia (*).

Concordando com o documento, a socióloga Maria Alice Rezende de Carvalho afirmou ser falso o argumento de que o RDC agiliza obras. O que ocorre é apenas uma simplificação de procedimentos, que entrega ao empreiteiro todas as etapas do empreendimento, sem exemplos concretos de cumprimento dos prazos de entrega. “Mas não se trata só disso, a questão principal incide sobre a estruturação das cidades, sobre aonde, como, em que condições teremos equipamentos públicos – decisões de que os cidadãos e seus representantes eleitos não poderão participar”.

“A MP 630 atrofia o poder público, tornando os próprios políticos prisioneiros de um sistema que não lhes permite exercer o papel para o qual foram eleitos. No limite, a MP 630 entrega o governo da cidade a alguém que não foi eleito para isso. A dimensão política sairá chamuscada”, continuou.

E concluiu: “O movimento das ruas em junho de 2013 foi no sentido de apontar como a cidade precisa de uma oxigenação das políticas públicas. A MP 630 dispensa o planejamento das obras e o debate dos cidadãos acerca de qualquer coisa relacionada a elas. Isso não educa politicamente os residentes na cidade. Não pode haver um tempo de decisões urgentíssimas que dispense a participação. O tempo democrático é aquele que constrói consensos em torno da melhor forma de se viver nos centros urbanos brasileiros”.

Em 02 de maio, o jornal “O Estado de S. Paulo” publicou o artigo “Cuidar das cidades para onde ninguém mais olha” do jornalista Washington Novaes, com novas críticas à MP 630/13, para ele uma aberração, por ir contra o planejamento urbano, algo decisivo para restabelecer a qualidade de vida nas cidades. “Hoje, já temos uma indicação de que as pessoas estão perdendo o prazer de viver nos espaços urbanos: basta ver, olhando a paisagem de arranha-céus, que não se vê uma única figura nas janelas e sacadas - quem quer contemplar seus arredores?”

Atualmente, o Congresso Nacional discute a proposta de uma nova Lei de Licitações, para atualizar o texto da Lei 8.666/93. O CAU/BR vem construindo uma forte atuação parlamentar em defesa da completa separação entre a autoria do projeto e a execução das obras. Ou seja, nenhuma licitação de obra pública deve ser feita sem um projeto completo, que permita à administração ter clareza sobre orçamentos, prazos e qualidade. E o projeto completo deve ser contratado e elaborado de forma independente da empreiteira que executará as obras. “Quem projeta não constrói, quem constrói não projeta”, sintetiza o documento “As Obras Públicas e o Direito à Cidade” divulgado em fevereiro de 2014.

Há várias outras críticas a outros itens do PLS 559/2013, relativas às compras e contratos públicos. Os auditores do Tribunal de Contas da União, por exemplo, julgam que o projeto pode cercear o trabalho das instituições de controle, legislando sobre matéria que não é pertinente, o que é inconstitucional.

Além do CAU/BR, se opõem à “contratação integrada” o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA), a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA), a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA), a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP), o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), a Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal (ANSEAF), a Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros Públicos de São Paulo (AEP-SP) e a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), Sindicato da Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO), a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), o Sindicato da Construção de São Paulo (Sinduscon-SP), a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cebic) e a Associação Paulista de Obras Públicas (APEOP).

() Além do CAU/BR, são signatários do documento o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), FNA (Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas), AsBEA (Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura), ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura), ABAP (Associação Brasileira de Arquitetura Paisagística), FeNEA (Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura), CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), ANSEAF (Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal), FEBRAE (Federação Brasileira de Associações de Engenheiros) e AEP/SP (Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros Públicos de São Paulo).*



DIVULGUE SEU PROJETO

ARQUITETOS E URBANISTAS TÊM NESTE PORTAL ESPAÇO PARA DIVULGAR SEUS PROJETOS. ENTRE EM CONTATO AQUI.

Busca

Buscar

Depoimentos

PORTAL “ARQUITETURA E URBANISMO PARA TODOS”

Um portal na internet com o objetivo de apresentar a Arquitetura e Urbanismo para o grande público, a partir de entrevistas e depoimentos de profissionais destacados: é a definição de www.arquiteturaurbanismotodos.com.br, lançado em 22 de abril, na abertura da I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo. Até setembro de 2014, o portal fora visitado por mais de 60 mil internautas de 50 países.

A iniciativa partiu da constatação de que não existe no Brasil uma “cultura arquitetônica”, o que leva governos, empresas privadas e cidadãos a negligenciar ou deixar em segundo plano a qualidade das obras que contratam.

“Arquitetura e Urbanismo para Todos” também exibe depoimentos que arquitetos e estudantes gravaram numa cabine especialmente instalada no evento em Fortaleza. Quase 200 postagens estão separados em diversas editorias para facilitar a navegação e o acesso ao conteúdo.

Responsável pelo portal, o jornalista Paulo Markun entrevistou 14 profissionais de estados e gerações distintos, sobre questões relevantes, como o que é Arquitetura, as razões para a perda de prestígio profissional após o período modernista e as perspectivas do planejamento das grandes metrópoles. Esta é a lista dos entrevistados: Alberto Botti (SP), Alvaro Puntoni (SP), Bruno Ferraz (PE), Décio Tozzi (SP), Gustavo Penna (MG), Luciano Margotto (SP), Lilian Dal Pian (SP), Luiz Eduardo Indio da Costa (RJ), Marco Antonio Borsoi (PE), Renato Dal Pian (SP), Roberto Moita (AM), Rosa Kliass (SP), Sérgio Parada (Brasília) e Sylvio Podestá (MG).

FRASES



Álvaro Pontoni (São Paulo):

“A cidade de hoje é fruto de uma política de um momento em que não era possível haver discussão, uma política desenvolvimentista feita no golpe militar. Nela, o papel das metrópoles é abrigar a indústria dos países centrais, que vai estimular a indústria nacional, usando o mercado de reserva, o que estimula a ocupação da cidade sem projeto. Esse não planejamento é, paradoxalmente, fruto do planejamento, porque você tinha que fazer a cidade injusta, opressora... É muito mais fácil “domesticar” um ser humano nessas condições.”



Rosa Kliass (São Paulo):

“Quando fui chamada para fazer o Parque da Juventude, em São Paulo, a ideia era fazer um parque memorial de uma prisão (ali havia a Casa de Detenção do Carandiru). E eu me recusei porque parque é liberdade, nós estamos liberando uma área para o gozo da população. Assim, ao fazer as quadras esportivas, eu desenhei sem alambrados. Como os campos de futebol nas várzeas. Não vou fazer gaiolinhos para substituir a prisão. Só grades para proteger os transeuntes das bolas, não para cercar os jogadores.”



Marco Antonio Borsoi (Recife):

“A cidade, mesmo que não tenha qualidade em toda sua extensão, tem objetos arquitetônicos que a enchem de poesia, de beleza e lhe dão sentido. Gosto de cidades pontuadas por obras que fazem o cidadão pensar, refletir, ter um momento de requinte mental e, ao mesmo tempo, sentir um engrandecimento de sua presença naquele lugar.”



Sylvio de Podestá (Belo Horizonte):

“Polícia, direito, automóvel e moda estão muito mais presente na vida cotidiana do Jornalismo do que a Arquitetura. Principalmente porque, primeiro, poucas pessoas estão dispostas a discutir Arquitetura. E, segundo, porque o arquiteto quando se dispõe a escrever ou conversar sobre Arquitetura, fala de uma forma muito complicada, um “arquitetês” que acaba deformando as colocações que ele gostaria que fossem ouvidas.”

Posfácio

A I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo refletiu em suas discussões o momento ímpar pelo qual passa a categoria profissional dos arquitetos e urbanistas. Os conteúdos exarados na ocasião vêm ao encontro das demandas produzidas ao longo de décadas, que refletem com muita clareza as realidades multifacetadas do contexto da realidade brasileira.

Egressos de longo período no qual nossas responsabilidades sociais encontravam-se diluídas e mascaradas dentre a miríade de atribuições profissionais na estrutura de nosso conselho anterior, estampamos como símbolo da busca de reflexão e reestruturação dos valores e paradigmas desta I Conferência a imagem das manifestações de rua de 2013, estampadas na arquitetura do Congresso Nacional.

Devemos perceber e nos conscientizar do importante caminho que abrimos e que teremos pela frente no atendimento de nossas atribuições profissionais, agora postas de forma transparente. Detentores de grandes riquezas conceituais, devemos assumir a liderança do nascente movimento de qualificação de nosso habitat, através da participação de todos os atores, no fortalecimento da cidadania e no alcance a todos do direito à cidade.

Para que maximizemos os processos de criação e fortalecimento destes conteúdos, deixamos às próximas gestões do CAU/BR e dos CAU/UF a missão de aperfeiçoar a colheita, desde os mais remotos rincões do país até a montagem das próximas conferências.

Sugerimos que a estruturação dos próximos eventos se inicie através de “seminários preparatórios estaduais”, a ocorrerem no ano anterior ao da II Conferência e, que essa seja a preparação da III, que ocorrerá simultaneamente ao Congresso Internacional da União Nacional dos Arquitetos, que ocorrerá em 2020 no Rio de Janeiro, aproveitando-o como caixa de ressonância aos conceitos e teses advindos dos diagnósticos nacionais trazidos à tona durante os próximos seis anos.

Entendemos, no entanto, que o mais importante resultado da I Conferência foi o de iniciar o processo de construção de uma nova realidade com a sociedade, em busca de ARQUITETURA E URBANISMO PARA TODOS.



Parque Guinã Rio de Janeiro (RJ), Projeto de Lucio Costa. Foto de Nelson Kon

Anexos

ANEXO I

CARTA DE PALMAS

Reunidos na cidade de Palmas nos dias 19 e 20 de maio, exatamente quando esta cidade completou 25 anos de vida, os presidentes dos Conselhos Estaduais de Arquitetura e Urbanismo reafirmaram princípios importantes em relação às nossas cidades, seu desenvolvimento socialmente incluyente, tecnicamente eficaz e esteticamente arrojado, coisas que estão intimamente relacionados às instituições e políticas urbanas e territoriais.

Apesar de ser uma cidade ainda muito jovem, percebe-se a satisfação de seus habitantes pelas suas áreas verdes e sua arborização com seu conjunto de jardins, praças e passeios públicos. Localizada no eixo central do Brasil, Palmas tem uma posição privilegiada, funcionando como um elo entre a região Norte e o restante do País. Muito embora Palmas seja uma cidade planejada, apresenta problemas estruturais semelhantes a muitas cidades brasileiras.

Os 25 anos de Palmas também evidenciam que o plano urbano e territorial é instrumento importante e necessário por estabelecer metas contínuas e duradouras nas quais se vislumbrem melhorias da qualidade de vida da população. Isto só pode ser obtido por meio de políticas públicas consistentes, administrações públicas comprometidas com o desenvolvimento de cidades e da sociedade.

Assistimos na gestão das cidades brasileiras desmandos, ignorância ou desrespeito ao marco legislativo mais progressista, redes intermináveis de corrupção, recursos públicos mal aplicados, obras paralisadas, processos licitatórios comprometidos, esquemas para facilitar o desembolso de recursos e manipulação do orçamento público.

Neste contexto, o projeto urbanístico e arquitetônico é apenas um detalhe na visão de quem comanda o país. A proposta do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) é mais um argumento que legitima o jogo das chamadas mega empreiteiras e dos interesses políticos partidários.

É preciso debater a cidade, discutir exaustivamente as políticas públicas integradas e integradoras, rever conceitos, e propor ações efetivas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. Os temas políticos devem fazer parte da atuação dos arquitetos e urbanistas. Este ano de eleições gerais em todo o Brasil oferece um grande momento para debater as lógicas (na maior parte das vezes perversas, arbitrarias e elitistas) que presidem a organização do espaço das cidades brasileiras, a ineficácia das políticas clientelistas, alheias aos interesses nacionais, os artifícios escusos utilizados para legitimar eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e a falta de qualidade urbanística de programas como o PAC e o Minha Casa Minha Vida.

Em face desse conjunto de argumentos, sobretudo quando entrevistados contra a complexidade da sociedade contemporânea, que organiza e reorganiza, polifonicamente, o território nacional, o Fórum de Presidentes realizado na cidade de Palmas quer tornar evidente o fato da discussão sobre o planejamento urbano e territorial estar mal posta, esquemática e enfraquecida.

Não se trata de discutir a última definição de planejamento urbano nem de projeto urbano. O que importa, agora, é ver que o espaço urbano e territorial, as dinâmicas e transformações sociais, políticas e econômicas que o anima e lhe dá sentido, só podem ser tecnicamente apreendidos e sócio ambientalmente qualificados na articulação de três planos ou escalas constituintes: estrutura, forma e paisagem.

Planos esses que, com seus tempos e lógicas próprias, se pressupõem reciprocamente, embora, na grande maioria das vezes, tenham sido tomados de forma autônoma e setorial. Desse modo é que proliferam nas cidades, separadas, as engenharias setoriais, os formalismos estetizantes ou a efemeridade das imagens.

Daí emerge óbvia, a necessária redefinição das políticas governamentais e formas de administração pública. A falta de articulação e integração de programas, projetos e ações está na raiz mesma da prática governamental e da setorização absurda que promove, mediante esquemas de atribuição e distribuição de micropoderes entre os diversos órgãos que compõem o corpo administrativo, seja ele federal, estadual, ou municipal.

Fazer frente a este estado de coisas passa pela formação e capacitação continuada de equipes multidisciplinares, deve levar a atuação pública para além dos aspectos funcionais e meramente distributivos. Integrada e integradora dos aspectos econômicos e sociais, tal atuação supõe construção sistêmica e continuada, com a participação dos múltiplos atores sociais.

Nesse sentido, a construção da cidade não pode ser pensada como algo cartesiano e estático, mas deve respeitar os cenários regionais que caracterizam a paisagem natural e cultural das cidades brasileiras. Para ilustrar tal contexto, destacamos reflexões importantes do ilustre arquiteto e urbanista Miguel Pereira:

“Arquitetura é como um produto cultural que atinge a sua expressão máxima como resultado do processo civilizatório da humanidade. As referências não são somente a natureza, mas o espaço construído é o testemunho maior, porque é inventivo, criativo e se apresenta sempre de formas novas. É preciso situar Arquitetura e Urbanismo num mundo moderno, num mundo globalizado, conceber não só o espaço construído habitável, mas que também saiba respeitar e trabalhar com aqueles que usam esse espaço”.

Na trilha do pensamento de Miguel Pereira, o planejamento deve ser pensado no presente e no futuro, aliado a uma concepção civilizatória de mundo, e para tal é preciso que:

- Planejamento da cidade como projeto de sociedade;
- Planejamento de políticas de estado se sobrepondo às políticas de governo;

- Planejamento como função essencial do governo;
- Planejamento não é um fim em si mesmo, mas um campo aberto de múltiplas possibilidades;
- Planejamento com nova metodologia de contrato social que nasça de soluções mais complexas;
- Planejamento que envolva os saberes sistêmicos ambientais, infraestruturais e das formas de organização e distribuição de ocupação do território;
- Planejamento que privilegie uma cidade para pessoas através de sistemas que nascem a partir da complexidade das organizações sociais dentro de um contexto urbano;
- Planejamento que incorpore as novas tecnologias sociais que valorizem os usuários do espaço urbano em constante transformação.

Os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, que nestes dois anos e meio de existência tem contribuído para o debate com a sociedade brasileira, visando a melhoria das cidades brasileiras, acredita que a concepção do planejamento — ou que outro nome se queira dar — para alterar um quadro tão adverso, instalado em todo o território nacional, só pode ser constituída e efetuada em uma perspectiva que seja, ao mesmo tempo, sistêmica, com continuidade de atualização, articulada e articuladora das escalas, formas e imagens implicadas localmente, integrada e híbrida, agenciando, em cenários de maior equidade social e econômica e de maior qualidade urbanística e ambiental, os diversos programas públicos de intervenção e ordenamento territorial.

Palmas, 20 de maio de 2014.

Fórum de presidentes de CAU - Conselhos de Arquitetura e Urbanismo

ANEXO II

CARTA DE ARACAJU

Por um projeto de cidade brasileira do século XXI

Pelo planejamento estratégico de longo prazo e envolvimento cidadão

Os presidentes dos Estados e do Distrito Federal, reunidos no XV Fórum de Presidentes, que teve lugar na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, nos dias 28 e 29 de julho do ano de 2014, debateram as causas dos diversos eventos trágicos ocorridos nesses dois últimos anos, como desabamentos, incêndios e deslizamentos de terra, que deixaram inúmeras vítimas, muitas delas fatais. É consenso entre os presidentes que esses desastres não foram apenas obras do acaso, mas frutos de improviso, ganância, amadorismo, desrespeito às normas e inépcia técnica. No fundo, essa situação reflete questões mais amplas e vinculadas, como é o caso do desmantelamento das estruturas de planejamento e da capacidade do Estado de pensar e gerir a cidade e o território brasileiro.

Tragédias como os desabamentos de edifícios no Rio de Janeiro, Aracaju, Teresina e Belém, a queda do viaduto em Belo Horizonte, o incêndio da Boate Kiss em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e os deslizamentos de terra na região serrana do Rio de Janeiro se juntam às inúmeras obras públicas inacabadas, mal projetadas e mal construídas. Em especial, às recentes, relativas à mobilidade urbana, que representam um enorme desperdício de recursos públicos, resultado da autossuficiência tecnocrata das decisões governamentais e de sua desvinculação com qualquer forma de desenho urbano na dimensão territorial ou regional, traduzindo-se em práticas alheias ao interesse coletivo e social.

Como se não bastasse essa situação extremamente preocupante, temos a criminoso lacuna deixada pelo desmantelamento das estruturas estatais de planejamento. Ela é resultado do período da redemocratização, quando esses órgãos foram associados à ditadura militar no Brasil, na qual projetos e planos eram autoritariamente impostos, de cima para baixo, sem nenhuma participação cidadã. Este vazio foi agravado na década de 1990 pelo discurso neoliberal, que pregou a diminuição da presença do Estado nas mais diversas instâncias técnicas, políticas e econômicas. Nos últimos dez anos, porém, houve a reversão da tendência neoliberal, buscando-se fortalecer o papel do Estado. De um lado, o processo ampliou conquistas da pauta social. De outro, infelizmente, não se fez acompanhar da criação de um novo modelo de planejamento territorial, de fôlego mais amplo e de maior abrangência em termos urbanísticos, ambientais e participativos.

Na esteira dos motivos que colocaram em crise as noções mais convencionais de planejamento urbano e territorial, está a cultura de planejamento de longo prazo, que foi substituída por uma mentalidade de administração, com diretrizes de ação para períodos de apenas quatro anos de mandato político. Assim, prevalece um pensamento imediatista aniquilador.

Ademais, muitas das atuais práticas de intervenção para a cidade têm sido

paradoxalmente pensadas e conduzidas prioritariamente pelo setor privado, do que são exemplos as PPPs (Parcerias Público Privadas) e os RDCs (Regimes Diferenciados de Contratação). Esse cenário se agrava com os acordos de venda de terras públicas ao setor privado, verdadeiras poupanças urbanas, que teriam imenso valor estratégico para os novos processos de reestruturação e intergração urbana de que todas as cidades brasileiras precisam. Essas vendas acontecem sem os necessários planos urbanísticos conduzidos pelo poder público, e sem o mínimo envolvimento da sociedade.

Com isso, na prática, o Brasil tem invertido prioridades e valores e inaugurado, nas últimas décadas, um Estado prioritariamente arrecadador. Assim, sua atividade-meio passa a ser mais importante do que sua atividade-fim, que é a de planejar toda uma lógica de mundo para o desenvolvimento humano e urbano.

Faz-se necessária a reversão desta lógica desestruturadora de projetos, que se traduz em cidades colapsadas e que requerem mudanças desde suas raízes. Exige-se a opção firme por uma nova política de projetos públicos e privados integrados e integradores da vida urbana nacional, baseada numa teoria e numa prática transformadoras dos destinos coletivos dos cidadãos brasileiros. Para isso, é necessário e urgente um projeto de cidade brasileira com visão inclusiva, coletiva e multiarticulada, que se ancore no incentivo da formação e da capacitação continuadas em planejamento e desenho urbano, assim como na revalorização e reestruturação efetiva e urgente dos órgãos públicos de planejamento.

Para que esta discussão torne-se profícua, é mais do que necessária a participação política também das entidades de Arquitetura e Urbanismo em todo o Brasil como entes consultivos e participativos nos processos de decisões relacionadas às cidades. Só assim poderá haver êxito na elaboração e no acompanhamento de planos, programas e projetos que possibilitem, de maneira concreta, um processo de renovação urbana nacional. Entendem os presidentes de todos os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos estados brasileiros que este país precisa, de fato, refundar uma nova lógica de planejamento de longo prazo, de perfil técnico-científico, com o ativo envolvimento do cidadão, para enfim orientar uma reestruturação que transforme a realidade das cidades brasileiras do século XXI e empodere os brasileiros para a cobrança da vigência dessa transformação. Desta forma, as gerações futuras da sociedade estarão mais preparadas e fortalecidas nesta nova égide das boas políticas para as cidades.

Aracaju, 30 de julho de 2014.

Fórum de presidentes de CAU - Conselhos de Arquitetura e Urbanismo

ANEXO III

CARTA DE MACAPÁ

Os presidentes dos CAUs, reunidos na cidade de Macapá nos 15 e 16 de setembro de 2014, reafirmam reflexões importantes; o CAU foi criado tendo a dignidade e solidariedade como fundamento maior, com o compromisso e a necessidade da existência de cidades mais justas e sustentáveis, aliado a ampla valorização de formar novos profissionais comprometidos com as causas sociais e com a integração aplicada e mais participativa no sistema de planejamento das cidades e da indústria da construção civil.

A lei que aprovou o CAU é um reconhecimento da sociedade brasileira a um campo próprio de prática profissional, que valoriza um novo perfil de arquiteto e urbanista. Perfil de um profissional que não fica alheio da prática do projeto em relação à cidade, que não separa o ambiente natural do patrimônio construído, e que vislumbra uma prática profissional dentro de um compromisso ético como cidadão.

Os presidentes reafirmam que o CAU é uma organização pública e coletiva, construída por todas as entidades profissionais, mantida por todos, e que hoje tem o reconhecimento gradual da sociedade, o que possibilitará em longo prazo a quebra de paradigmas sobre o produto do trabalho dos arquitetos e urbanistas, que apesar das críticas das últimas décadas, se incorporaram gradualmente em projetos sociais e mais inclusivos em favor da sociedade.

O Fórum de Presidentes de Macapá consolidou a concepção sobre o aperfeiçoamento das diversas ações estratégicas do CAU em todo o Brasil. Os temas importantes como: gestão, planejamento e principalmente a questão da fiscalização, que pautaram as diversas edições anteriores realizadas em várias cidades brasileiras (Goiânia, Rio de Janeiro, Brasília, Teresina, São Paulo, Boa Vista, Campo Grande, Gramado (RS), Belo Horizonte, Palmas e Aracaju) ganharam contornos mais claros com a real perspectiva da realização de um grande seminário nacional sobre as questões técnicas, operacionais e tecnológicas da fiscalização com um padrão estruturado para todo o território nacional.

O produto destas reuniões, além de ampliar o conhecimento sobre a realidade das distintas cidades brasileiras, permitiu diversas ações de melhorias junto aos profissionais, contribuíram para auxiliar os CAUs nas inúmeras dificuldades e entraves decorrentes de dúvidas ocasionadas pelo complexo processo de implantação. Um dos aspectos mais importantes efetivado pelo Fórum de Presidentes foi a produção de diversas cartas, elaboradas com a finalidade de definir princípios importantes em relação ao papel do arquiteto e urbanista junto à sociedade, além de definir questões cruciais relacionadas à melhoria efetiva da participação dos profissionais na construção de políticas públicas consistentes, duradouras e responsáveis, afirmado pelo desejo de uma cidade mais democrática no século XXI.

O Fórum de Macapá apresentou um Conselho mais amadurecido, formado pela rede de intercâmbio de presidentes de CAUs de todo o Brasil. Os resultados obtidos neste

Fórum possibilitam novos horizontes políticos, visando superar entraves e aperfeiçoar os detalhes finais para o encerramento da gestão pioneira do CAU. Aproxima-se o segundo processo eleitoral e, certamente, a participação política e institucional para os próximos anos irá ocorrer em outras esferas da política brasileira, que precisa levar em conta um país continental, diverso e com realidades regionais tão distintas.

Entendem os presidentes, a participação dos CAUs vem possibilitando pensar avanços, não mais sob a lógica do pragmatismo, mas de forma efetiva, com a valorização da Arquitetura e Urbanismo em todo o território nacional. Porém, é importante salientar: o CAU construído neste período se deu sob a preocupação da unicidade nacional e jamais nos seus propósitos a disputa de poder classista, cenário que em nada iria contribuir para um processo de evolução, o que fez do CAU, neste período, uma instituição séria, comprometida e atuante em todo o Brasil.

O Fórum de Macapá também evidenciou a importância da valorização da cultura ribeirinha, com a forte presença de diversos elementos contidos na paisagem dos rios, hábitos e costumes dos povos da floresta, e reafirmou as preocupações contidas nas cartas de Boa Vista, Campo Grande, Gramado e Palmas, da necessidade de se repensar, no Brasil, projetos, planos e programas que unificam um cenário completamente alheio ao desenvolvimento do lugar.

JOSÉ ALBERTO TOSTES

Presidente do CAU/AP

ANEXO IV

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Acácia Eloia Quintino da Silva	CE	Ana Carolina Batista Lima	CE
Adalberto Bezerra de Menezes Júnior	RR	Ana Carolina Girão de Castro	CE
Adelina Ferrer Feitosa Carvalho	CE	Ana Carolina Preto	DF
Ademir Luiz Bogoni	SC	Ana Carolina Soares Massuca	RJ
Ademir Nogueira de Ávila	MG	Ana Celia Moreira	CE
Adna de Lima Sousa	CE	Ana Clara Alves Cunha	CE
Adolfo Raimundo Lopes Maia	PI	Ana de Cássia M. Abdalla Bernardino	MT
Adrielle de Oliveira Lopes	CE	Ana Isabelle Alexandre	CE
Afonso Celso Bueno Monteiro	SP	Ana Karine Batista de Sousa	PI
Airlamy Viana Lima	CE	Ana Kerlay Lourenço Fernandes	CE
Alan de Oliveira Castro Moreira	GO	Ana Kerssia Teixeira de Paula	CE
Alan de Vargas Mignossi	MT	Ana Lucia Nascimento dos Reis	ES
Alan Dick Megi	BA	Ana Luiza Prata Libório	SE
Alana Aragão Vasconcelos	CE	Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira	SP
Alane Furtado Carvalho	CE	Ana Paula Rabello Lyra	ES
Alaysse de Fatima Aguiar Costa	CE	Ana Zélia Maria Moreira	RN
Alberison Edward Amazonas Machado Silva	CE	Ananda Cristiny de Souza Teles	RR
Alberto Alves de Faria	DF	Anderson Amaro Lopes de Almeida	AC
Alex Souza	MA	Anderson Batista Ribeiro	CE
Alexander dos Santos Reis	RJ	Anderson da Silva Cabral	CE
Alexandre Couto Giorgi	RS	Anderson Fioreti de Menezes	ES
Alexandre Romero de Souza Silva	PE	Anderson Yago	CE
Alexmar Matos Queiroz	CE	André Ferreira Sampaio	CE
Alice da Silva Rodrigues Rosas	PA	André Luiz Belfort Corrêa	MA
Aline Cordeiro Pinheiro	CE	André Luiz Serafim	SC
Aline de Oliveira Cortes Mendonça	SE	Andrea de Alencar Moreira Pinto	CE
Aline Faria Siqueira	AM	Andréa dos Santos	RS
Alis Jein Josefides Scacino	SP	Andrea Lucia Villela Arruda	MG
Allana Rodrigues Clemente	CE	Andreia Jane Leandro Camara	MA
Allison Rodrigo Silva Diniz	CE	Andreza da Conceição Rodrigues	CE
Aluana Sousa Arruda Lino	CE	Andreza Kelly Barreto Soares Duarte	RN
Alvaro Guntin Liebanas	BA	Andreza Sampaio	CE
Alvino Jara	RS	Angela Canabrava Buchmann	PR
Amanda Cleide Duarte Pereira	CE	Angela Cristina Correia Sampaio	CE
Amanda Costa Soares	CE	Angela Frota Holanda	CE
Amanda da Silva Lima	CE	Angelica Castro Abreu	CE
Amanda Furtado de Macêdo Lemos	CE	Angelo Marcos Vieira de Arruda	MS
Amanda Gabriela Milan	MT	Anna Carolina da Silva Sousa	CE
Amaro Muniz Castro	PB	Anna Caroline Furtado Pinto	CE
Amélia Maria da Costa Silva	MG	Antonia Aderucia Pereira de Oliveira	CE
Amélia Moraes de Oliveira	BA	Antonia Cristiane Fernandes Aguiar	CE
Ana Beatriz Falcão Batista	CE	Antonia Gislayne Viana Leandro	CE
Ana Beatriz Magalhães Lopes	CE	Antonia Rosimar Sousa da Silva	PB
Ana Carmen de Oliveira	PR	Antonia Thailita Alves Araujo	CE

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Antonio Arnaikson de Sousa Teixeira	CE	Carlos Eduardo Mesquita Pedone	RS
Antonio Aureliano Moreira Arruda	CE	Carlos Eduardo Nunes Ferreira	RJ
Antonio Auriseu Nogueira Pinheiro	CE	Carlos Kahan Araújo Gadelha	CE
Antônio Carlos Moraes de Castro	DF	Carlos Magno Do Nascimento Herculano	CE
Antônio Francisco de Oliveira	PB	Carmen Etienne de Oliveira Mello	PB
Antônio Henrique Villela Alves	MG	Carolina Ferreira Gomes Rocha	CE
Antonio Luciano de Lima Guimarães	CE	Caroline Chaves de Oliveira	CE
Antônio Ricardo Sampaio Nunes	SE	Catia de Oliveira Magalhaes	PA
Antonio Rubens Benevides Filho	CE	Cecília Piffero Câmara Honório	CE
Antonio Salomão Lamar Neto	AC	Celso Costa	MS
Antonio Wesley de Paula Tavares Braga	CE	Cesar Dolrfman	RS
Antonio Ximenes de Albuquerque Neto	CE	César Henriques Matos E Silva	SE
Arnaldo Ribeiro dos Santos Júnior	PA	Cezar Francisco Ciarini	SC
Artur Camelo de Sousa Junior	CE	Charles Jacob Pegoraro Kerber	SC
Artur Wanderley Laranjeira	SE	Chrystian Haramys Parente Paiva	CE
Augusto César de Farias Alves	RJ	Cibele Lavôr Borges de Macêd	CE
Aurélio Bezerra Rocha	PE	Cibelly Oliveira Brandão	CE
Barbara Moreschi Carvalho Ribeiro	GO	Cintya Araújo Barreto	CE
Beatriz Jacaúna Forte	CE	Clarissa Monteiro Berny	RS
Beatriz Machado de Oliveira	CE	Claudia Rembowski Casaccia	RS
Bianca Tamara Albano de Castro	CE	Claudia Teresa Pereira Pires	MG
Brena Cezario de Castro	CE	Claudio Abel Rodrigues da Silva	CE
Brenno Medeiros Silveira	CE	Claudio Barbosa Ferreira	SP
Breno Sodre Bittencourt	CE	Cláudio Fischer	RS
Bruna Ferreira Gomes	CE	Claudio Sergio Pereira Mazzetti	SP
Bruna Kercia Lima Barbosa	CE	Clícya Barbosa de Oliveira	CE
Bruno Augusto Oliveira Mafrense	CE	Clodomir Barros Pereira Jr	PE
Bruno Cavalcante Mota	CE	Cristiana A Pasquini	SP
Bruno Ferreira da Silva	SC	Cristiane Pereira Cardoso	CE
Bruno Lima de Freitas	CE	Cristiane Rauber	RS
Bruno Luis Medina dos Santos	CE	Cristiano Martins da Silva	CE
Bruno Melo Braga	CE	Cristiano Oliveira Silva	CE
Bruno Nascimento de Sousa	CE	Cristiano Rucardo de Azevedo Pacheco	SE
Bruno Sousa da Silva	CE	Cristina Evelise Vieira Alexandre	PB
Bruno Venâncio Andrade	CE	Cristóvão Otero de Aguiar Araújo	RO
Bruno Wesley Rebouças Freire	CE	Cynthia Thaylane dos Santos Pinto	SE
Caio Yan Amorim Silva	CE	Cyntia Raquel Gomes da Silva	CE
Camila Abreu Verino	CE	Daliane dantas da Silva	CE
Camila Dávila Bezerra Pereira	CE	Daniel Afonso Haick Lobato	AP
Camila de Paula Dias	RS	Daniel Almeida Pessoa	CE
Camila dos Santos Pantoja	PA	Daniel Batista Marques	CE
Camila Gonzalez	SP	Daniel da Silva Lima	CE
Carla Costa Pereira Manarte	AM	Daniel Lee Farias Abreu	CE
Carla Naiane Martins Portela	CE	Daniel Lima Santana de Souza	CE
Carla Nayanne Lessa Girão	CE	Daniela demartini de Moraes Fernandes	DF
Carla Rocha Coêlho	DF	Daniela Magda de Oliveira Moreno	RO
Carlos Alberto Sant'ana	RS	Daniela Maria Ponte Viana	BA
Carlos Augusto Lopes Freire	CE	Daniela Marzola Fialho	RS
Carlos Edilberto Gondim Carneiro	CE	Daniele Barreto de Souza	CE

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Daniele de Cássia Gondek	DF	Emerson Do Nascimento Fraga	MA
Daniele Holanda Ellery Coelho	CE	Emerson Leonardo de Lima Pinto	CE
Danielle de Brito Ayres	CE	Emmanuely Helueny Aguiar de Andrade	AC
Danielly Jessyanne Lima Freitas	CE	Erica Fernanda Ferreira da Silveira	CE
Danrley Moura de Sousa	CE	Erica Galeno Bezerra Nascimento	CE
Dânya Regina Rodrigues da Silva	AC	Érica Raianne Gomes de Andrade	PI
Darcleine Costa Manarte	AM	Erick Mendes Rolim	CE
Davi Belarmino Madeira	CE	Erick Welson Basílio Mendonça	DF
Davi de Aguiar Linhares Fernandes	CE	Erika Nogueira Tavares	CE
David Lucas da Costa Souza	CE	Erika Soares Mota de Araújo	CE
Davila de Melo Laurentino	CE	Erisvando Régis Coelho de Freitas	CE
Dayane da Silva Vasconcelos	CE	Euler Sobreira Muniz	CE
Dayse Barbosa de Araújo Góis	RJ	Eurismar de Freitas Moura Junior	CE
Débora Fernanda Mattos Araldi	PA	Eveline Andrade	CE
Débora Meneses Silva	MA	Eveline Maria Marques dantas	CE
Débora Pinheiro Frazatto	SP	Evelym Queiroz Do Nascimento	CE
Débora Saraiva Vila Nova	CE	Evelyn Lima dantas	CE
Deborah Ferreira de Andrade	CE	Evercino Moura dos Santos Júnior	TO
Deborah Sousa Nunes	CE	Expedito Leite Baptista Neto	MA
Delberg Ponce de Leon	CE	Fabiana Araújo de Oliveira	CE
Denise de Albuquerque	DF	Fabiana Pedrosa Paschoal	PB
Denise Marques da Silva	BA	Fábio Frota Dias	CE
Dennison Caldeira Rocha	MG	Fabio Nunes Lopes	CE
Diego Freire Martins	CE	Fabiola Carvalho Góes	PA
Diego Queiros Pinheiro	CE	Fabício Ribeiro dos Santos Godoi	SP
Diego Saunders Costa	CE	Fagner Oliveira Resende	MT
Dione Romanzini	SC	Fárida Mirany de Mira	SC
Dirceu de Oliveira Peters	MS	Fausto Henrique Steffen	RS
Douglas de Paulo Lima	CE	Felipe Herminio Meireles Nogueira	CE
Ed Rogers Lira	RN	Felipe Laurentino Leal	CE
Éder Roberto da Silva	SP	Felipe Lucena de Almeida	CE
Éderson da Silva	SP	Fernanda Almeida Albuquerque	CE
Edfa Viviane Farias Xavier da Rocha	AC	Fernanda Alves Castro Alencar	CE
Edney da Cruz Soeiro	CE	Fernanda Carolina Torres	DF
Edneyde Vidal Ourives Barros	MS	Fernanda Lima Albuquerque	CE
Ednezer Rodrigues Flores	RS	Fernanda Márgjore de Queiroz Pereira	CE
Edson Fernandes Guimaraes Filho	PB	Fernando Diniz Moreira	PE
Edson Ramos de Souza	ES	Fernando Jose de Medeiros Costa	RN
Eduardo Azevedo Tajujá	RN	Fernando Luiz Lima Saraiva	CE
Eduardo Caldeira Brandt Almeida	SP	Fernando Oltramari	RS
Eduardo da Silva Tude	CE	Filipe Ribeiro Façanha	CE
Eduardo Fajardo Soares	MG	Flávia Cristina Bassan Saldanha	SE
Eduardo Habu	SP	Flávio Novais dantas	SE
Eduardo Medeiros Alencar Holanda	CE	Flora Carolina Fernandes Do Nascimento Linhares Camargo	GO
Elias Petruço Teixeira Nunes	CE	Foster Rodrigues de Sousa	MG
Elissandra Maria Oliveira Silvino	CE	Francisca Airla Vidal Sousa	CE
Ellen dalley de Castro Araújo	CE	Francisca Lília Silva dos Santos	CE
Emanuel Gilardo de Mesquita Coelho	CE	Francisca Rosiane Nogueira	CE
Emanuel Rodrigo Furtado Vidal	CE		

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Francisca Sara Mesquita Rodrigues	CE	Gunter Roland Kohlsdorf Spiller	DF
Francisco Bezerra Neto	AM	Gustavo Alves Matos	CE
Francisco Acelio de Lima	CE	Gustavo Cofani Costa	MT
Francisco Alexandre Lopes Morais	CE	Gustavo Ramos Melo	SP
Francisco Alves Cordeiro	CE	Gutemberg dos Santos Weingartner	MS
Francisco Danilo de Lima Martins	CE	Hadley Matos Nobre	AP
Francisco dantas damião	CE	Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz	DF
Francisco Edson Facó Bezerra Filho	CE	Heitor Antonio Maia da Silva Dores	AL
Francisco Ferreira Jacinto Junior	CE	Helano Fiuza Costa Frota	CE
Francisco Giann de Andrade Freire	CE	Helena Maria Vavallo	DF
Francisco Hélio Marques Filho	CE	Hellen Tabosa de Vasconcelos	CE
Francisco Jefferson da Silva Nascimento	CE	Heloisa Neves Jocas	BA
Francisco José Castelo Lima	CE	Heloiziane Souza	CE
Francisco Neto Miranda de Sousa	CE	Hendrik Assiz Pereira	CE
Francisco Régis Linhares Filho	CE	Henrique Alves da Silva	CE
Francisco Ronoaldo Camara Pereira	CE	Henrique Tavares Barreiros	BA
Francisco Sérgio Facó Pimentel Filho	CE	Heraldo Costa dos Reis	AM
Francisco Wellington de Sousa Junior	CE	Hercules de Araújo Sousa	CE
Francisco Willame Alves Medeiros	CE	Herikles Bandeira Nogueira	CE
Francisco Xavier Alves Silva	CE	Hermes da Fonseca Neto	MA
Franklin Castro dos Santos	CE	Hiago Almeida de Sousa	CE
Fred Pereira Souto	RJ	Hildo Moraes de Brito Junior	CE
Gabriel Asafe Pontes de Queiroz	RN	Hugo de Sousa Frutuoso	CE
Gabriel de Oliveira Sousa	CE	Hugo Seguchi	BA
Gabriel Gonçalves Carvalho	GO	Iandara Martins Pinheiro	CE
Gabriel Ribeiro da Costa	SP	Iara Vieira de Paula	GO
Gabriela Macedo delgado	CE	Iasmym Holanda Diógenes	CE
Gabriela Serra Bastos	CE	Igor Campos Soares	DF
Gabrielle Rodrigues de Azevedo	CE	Igor Montenegro Pereira	RO
Geisa Nogueira Torres	CE	Igor Vasconcelos Rodrigues	CE
Geisyelly Do Socorro Rodrigues Matos	PA	Inácio Barcelos Fontenele de Oliveira	CE
Geovana de Mouras Torres	CE	Indira Sá Barreto Souza	BA
Gerson Gomes Goiano	CE	Inessa Fernandes Moreira	CE
Gilberto da Silva Domingues de Oliveira Belleza	SP	Ingrid Souza	RR
Gilvandro Fernandes Oliveira	MA	Ingrid Barros Ferreira	CE
Giórgia Michella Pereira de Castro	CE	Ingrid Caroline Veríssimo Pitta Pinheiro	CE
Giovana dario Sbaraini	MS	Ingrid Clemente Costa	CE
Giovani Bonetti	SC	Ionara Lois Menezes Bezerra	CE
Giovanni Alessandro Assis Silva	TO	Iran Mendonça de Oliveira Júnior	CE
Gislaine Vargas Saibro	RS	Irazer Willean Freitas Sousa	CE
Gizella Melo Gomes	CE	Isabel Cristina da Silva Barros	CE
Gizely Rodrigues dos Santos	CE	Isabele da Silva Oliveira	RN
Gladstone Mapurunga E Silva Junior	MA	Isabella Mesquita Pereira	CE
Glauco Rodrigo de Brito	PB	Isabelle de Oliveira Silva	CE
Gogliardo Vieira Maragno	MS	Isabelle Mendonça de Carvalho	CE
Grasielle Aguiar Saraiva	CE	Isabelle Mourão Martins	CE
Grete Soares Pflueger	MA	Isabelly Campos	CE
Guilherme Carpintero de Carvalho	SP	Ismael Furtado Do Nascimento	CE
Guivaldo D'alexandria Baptista	BA	Israelle Maia Diolino	CE

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Italo Calmon Ramos Sales	CE	José Almir Martins de Oliveira Júnior	CE
Ivanilson da Silva Rodrigues	AM	Jose Antonio Lanchoti	SP
Ivone Beatriz Romeiro Brandão	CE	José Borelli Neto	SP
Izabela Moreira Lima	CE	Jose Carlos Gomes de Oliveira Filho	CE
Jacira Rosa Pires	GO	José de Moraes Véras Neto	CE
Jacobina Albu Vaisman	SP	José Eduardo de Castro Bicudo Tibiriçá	SP
Jacques Luan Moreira Gomes	CE	José Ferreira Do Nascimento Neto	CE
Jamile Santos de Souza	BA	Jose Gaudencio Diogenes Torquato	RN
Jamille Lohanna da Silva Oliveira	CE	José Geraldo de Holanda Antero	CE
Janaina Moura Lima	PI	José Gualter da Silva Lemos	CE
Jancleyton Andrade Silva	PE	José Jackson Secundino Crisóstomo Filho	CE
Jaqueline Rabelo Saraiva	CE	José Jefferson de Sousa	RN
Jaqueline Viel Caberlon Pedone	RS	José Lima da Silva Júnior	CE
Jasmille de Oliveira Silva	CE	José Mateus Gomes Cavalcante	CE
Jean Marcell Nunes Parente	CE	Jose Otacilio Teixeira Sousa	CE
Jeferson Carneiro da Costa Alves	CE	José Renato Soibelman Melhem	SP
Jeferson Roselo Mota Salazar	RJ	Jose Roberto Geraldine Junior	SP
Jefferson Aleff Bezerra Batista	CE	José Romário Gadelha de Vasconcelos	CE
Jennifer Stephanie Cavalcante	CE	Josiane Nogueira de Lima	CE
Jerlane Costa Martins	CE	Josiene Pereira da Silva	RO
Jéssica de Queiroz Leite	CE	Juliana Betemps Vaz da Silva	RS
Jessica Galvao Oliveira	CE	Julie Caroline Martins Silva	CE
Jéssica Katherine Alves Arraz Do Carmo	PI	Júlio Antônio de Oliveira Moreno	SP
Jessica Macau Andrade Azevedo	MA	Julio Cesar Camelo de Almeida	CE
Jessica Rocha Sales	CE	Kahena de Carvalho Gadelha	BA
Jeyme Do Nascimento Brito	CE	Kaique Carneiro Pinheiro Oliveira	CE
Jhon Wilsen de Sousa Guilherme	CE	Kaito Loui Sousa Do Amaral	CE
Jhonatan Souza Herminio	RO	Kaline Raquel da Silva	PE
João Alves de Lacerda	RO	Karine Maia Lobo Pereira	CE
João Bernardino da Silva Filho	BA	Karine Siltón Pinheiro de Freitas	CE
João Carlos Correia	SP	Karinne Santiago Almeida dantas	SE
João Carlos Monte Claro Vasconcellos	SP	Káris Alana Santana Januário Pinheiro	BA
João Mayson Moura Guilherme	CE	Karla Lorena Vieira Lopes	CE
João Paulo de Souza Moreira	CE	Katarine Medeiros Dias	CE
João Ribeiro de Sena	CE	Katia Kelly Rodrigues Tavares	CE
João Roberto de Oliveira Cambraia	DF	Kelly Cristinne Leopoldina de Oliveira Do Nascimento	PE
Joaquim Eduardo Vidal Haas	RS	Kepler Romcy	CE
Joel Campolina	MG	Kleiton Santana Mendes de Souza	CE
Joel David Matos de Assis	CE	Lady Juliete Lima de Sá	CE
John Alyson de Almeida Lima	CE	Laercio Leonardo de Araujo	PR
John Mivaldo da Silveira	GO	Laís Braga Trindade	BA
Jonas Henrique Duarte dos Santos Nascimento	CE	Laís Medeiros de Araújo	AC
Jonas Rodrigues Marins	SP	Laise deanne Figueira Quemel	PA
Jonatha Rafaell de Lima Neto	PE	Laise Teixeira de Matos	CE
Jonathan Felipe da Silva	CE	Laiza de Moraes Pereira	CE
Jordan Macedo Girão	CE	Lanniel Ayslan de Sousa Lima	CE
Jordane da Silva Cavalcante	CE	Lara Dias Leitao	CE
Jorge Pias Raineski	SC	Lara Foinquinos Krause Goncalves	PE
Jose Alberto Tostes	AP		

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Larah Campos Ribeiro	GO	Luiz Afonso Maciel de Melo	RR
Larissa de Almeida Loureto	CE	Luiz Antonio Machado Verissimo	RS
Larissa de Sá Dias	CE	Luiz Antonio Raizzaro	SP
Larissa Falcão Miranda	CE	Luiz Augusto Contier	SP
Larissa Leite Gesteira Uchôa	RN	Luiz Carlos Borba	CE
Larissa Rebouças Alves	CE	Luiz Claudio de Faria Vecchio Lins	CE
Laura Silveira Rios	CE	Luiz Fernando Barbosa Do Amaral	RJ
Laysa Mylena Rodrigues Pimtobeira	CE	Luiz Fernando de Almeida Freitas	RJ
Leandro Duarte Pereira	CE	Luiz Fisberg	SP
Lemuel de Oliveira Lima	CE	Luiza Fonseca Pantoja	CE
Letícia Bezerra Nunes da Silva	CE	Luiza Letice de Figueiredo Dias Melo	CE
Letícia Silveira	CE	Luiza Pereira Magalhães	CE
Levi Mendes Brito	CE	Lunara Ferreira da Silva	CE
Leyla Sandra Negreiros Landim	PI	Luzia Regina Scarpin demarchi	SP
Lia Barros Trigueiro	CE	Luzineide Brandão Ramos	SP
Liana Feingold	CE	Mábilli Magalhães Paiva	CE
Liana Frasson Pinheiro	RS	Maerlon Carmo Martins	CE
Liana Graça Suassuna de França	RN	Maghaly Alacy Pinheiro dantas	CE
Lidia Lima de Sousa	CE	Manoel Silveira Sales Neto	CE
Lidia Luana de Sousa Magalhaes	CE	Marcelo Augusto Costa Maciel	SE
Lídia Monica Lacerda de Lima	CE	Marcelo Augusto Lucena Maia	CE
Lilia Varela Clemente dos Santos	RJ	Marcelo Mota Capasso	CE
Lívia Saraiva Freire	CE	Marcelo Neves Senna	RJ
Loany de deus Sgroi	SP	Marcelo Petrucci Maia	RS
Lorena Belchior Amaral	CE	Marcelo Vieira Lima Perret	RJ
Lorena dos Santos Brandão	CE	Marcely Luíza da Silva Barreira Portela	CE
Lorena Maria Ramos Ferreira Oliveira	CE	Márcia Cristina Santiago de Oliveira	BA
Lorena Moura Santana	PI	Marcia Mallet Machado de Moura	SP
Lorena Yolanda Borges Lima	CE	Márcia Maria Leite Barreiros Visani	PB
Luan David	MA	Márcia Samara Costa Silva	CE
Luana da Cruz Chaves	CE	Marcilio Alves Pereira	CE
Luana E Silva de Almeida	CE	Marcio Gomes Lontra	RS
Luana Maria Bernardino	CE	Marco Antonio Suassuna Lima	PB
Luana Oliveira Santos	CE	Marcos Alexandre Jobim	SC
Luanna de Araújo Marçal	CE	Marcos Renan Dias Maia	CE
Luara Carvalho Ciarlini	CE	Marcus Venícius de Pinto Lima	CE
Lucas Batista Costa	CE	Maria Andressa de Sousa	CE
Lucas Leal Evangelista	CE	Maria Aparecida da Costa Queiroga	CE
Lucas Marques Lima	CE	Maria Beatriz Gaspar Morada	CE
Lucas Mendes Ferreira	CE	Maria Bernadete Sinhorelli de Oliveira	RS
Lucas Paula da Silva Gomes	CE	Maria Cecília Carvalho Machado Said	CE
Lucas Rodrigues dantas	TO	Maria Clara Leite Macêdo	PI
Luciana Fernandes deus	SP	Maria Cristina Rosa dos Santos	CE
Luciana Lopes	BA	Maria das Graças Do Carmo Dias	CE
Luciana Raquel Rebouças de Holanda Rolim	CE	Maria de Lourdes Silveira	CE
Luis Carlos Alves de Sousa	CE	Maria Eliza Regnier Rodrigues	PR
Luis Carlos França Guimaraes	SP	Maria Goretti Maia Mendes	PI
Luis dario Gutierrez Mere	MG	Maria Ilmacir Siqueira Machado	CE
Luis Fernando Silva Cutrim	MA		

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Maria Ines Viviana de La Quintana Bruggemann Bandeira	CE	Nadia Somekh	SP
Maria José Gomes Feitosa	SP	Nádio Souza Azevedo	CE
Maria Josyvanda de Oliveira Silva	CE	Nadir Moreira da Silva	RJ
Maria Juliana de Oliveira	CE	Naiane Sampaio	CE
Maria Laís Costa Lima Machado	CE	Naline Lilian Oliveira Lima	CE
Maria Luiza Queiroz Horta	MG	Nalyanne Lima Campelo	CE
Maria Meirelene Barreto de Freitas	CE	Napoleão Ferreira da Silva Neto	CE
Maria Raquel Do Vale Lima	CE	Narcélio Mesquita Aires Filho	CE
Maria Tamires Pereira Costa	CE	Narciel de Almeida Melo	MT
Maria Thaís Mota de Menezes	CE	Natasha Martins Tavares	CE
Mariana Araújo de Oliveira	CE	Natashe Botelho dantas	CE
Mariana Barrio Cardoso	CE	Nathália Pimentel Ximenes	CE
Mariana de Almeida Brito	CE	Nathercia Barreto de Queiroz	CE
Mariana Domingues de Souza Sa	BA	Nauhan dos Santos Dias	CE
Mariana Matos França de Oliveira	CE	Nayana Helena Barbosa de Castro	CE
Mariana Salgado Quiroga	CE	Neide Maria Neivas da Rocha	CE
Marília de Menezes Jorge	CE	Neijla Maria Costa de Araújo Bezerra Soares	DF
Marília Magalhães Pinto Nunes	CE	Nicacio Lemes de Almeida Junior	MT
Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale	MG	Nicole Alódio Lins Santos	CE
Marília Oliveira de Freitas	CE	Nilberto Gomes de Sousa	RN
Marina Mendes Neiva	GO	Nilson Ferreira Frazão	MA
Mario Yoshinaga	SP	Nilson Ghirardello	SP
Marjorie Judie Vitorino Souza Rocha	CE	Nino Roberto Schleder Machado	RS
Marli Antunes da Silva Aoki	PR	Nirce Saffer Medvedovski	RS
Mateus Lima da Silva Ferreira	CE	Nourival Batista Ferreira	TO
Matheus Maia Costa	CE	Nubia Margot Menezes Jardim	RS
Matheus Sousa Bezerra de Menezes	CE	Nyely Lopes Sousa	CE
Matheus Souza de Menezes	CE	Olavo Jorge Beserra Neto	CE
Maurício Muiños de Andrade	BA	Olga Samara Oliveira Lima	CE
Mayara Bezerra da Silva	CE	Olivia Maria Novaes	RJ
Mayara Carolina Araújo de Paula	CE	Orlando de Alencar Correia Neto	CE
Mayara Lima Macedo Coelho	CE	Oscarito Antunes Do Nascimento	AP
Mayra Lima Verissimo Ramos Munive	RJ	Oswaldo Abrão de Souza	MS
Mérsia Nogueira Maia	CE	Otávio Urquiza Chaves	PR
Michael Alex Souza de Aquino	CE	Pablo Tiago Leonel dantas	CE
Michele de Oliveira Sampaio	CE	Paloma da Silva Araújo	CE
Mirela Albuquerque Brito	CE	Paloma de Paula Melo	CE
Mirela Nogueira Nobre	CE	Patricia Cordeiro	ES
Mirella Benigno Matos dos Santos Sa	CE	Patrícia Moisés Diniz	DF
Mirian Costa de Mattos	AC	Patrícia Silva Luz de Macedo	RN
Mirna Luiza Cortopassi Lobo	DF	Paula Arabela dantas Gomes	CE
Mislenny Batista de Oliveira	GO	Paula Fernanda Araujo Muinhos	CE
Mizael Icaro Lima Oliveira	CE	Paula Janaina Ferreira Passos	MA
Monica Alves Ribeiro	CE	Paula Natália Pinheiro Magalhães	CE
Monikely Nunes Santos	RN	Paula Ravena Bernadete da Silva	CE
Monique Masnello	SP	Paula Roberta da Silva Buosi	MT
Moysés Rodrigues de Oliveira Gomes	CE	Paulo Afonso Costa	SP
Nádia Erly Silva dos Santos	CE	Paulo André Cunha Ribeiro	SP
		Paulo Canguçu Fraga Burgo	SP

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Paulo Emanuel Batista de Sousa D'alva	CE	Renan de Freitas Cunha	CE
Paulo Fernando de Barros Rocha	PE	Renan Furtado Barboza	CE
Paulo Henrique da Silva Gomes	CE	Renata Martins Targino Vasques	CE
Paulo Hermano Mota Barroso	CE	Renata Rebouças Celestino	CE
Paulo Oscar Saad	RJ	Renato Carneiro Ferreira	RJ
Pedro Artur Pereira Bezerra	CE	Renato Luiz Martins Nunes	SP
Pedro Hees	RR	Renisson Fernandes dos Santos	CE
Pedro Henrique Albuquerque Peixe	CE	Ricardo Gomes da Rocha	RJ
Pedro Isidio Menezes da Fonseca	CE	Ricardo Laender Perez	MA
Pedro Lopes Júnior	TO	Ricardo Oliveira	CE
Pedro Lucas Pinheiro Mandú	CE	Ricardo Reis Meira	DF
Pedro Paulo Rolim Dias	CE	Roberto Brito Farias	RR
Pietro Mignozzetti	SP	Roberto dos Santos Moreno	SP
Plinio Marcos Teixeira de Oliveira	SP	Roberto Lopes Furtado	MA
Plinio Meireles de Miranda	CE	Roberto Martins Castelo	CE
Priscila Cavalcante Soares	CE	Roberto Py Gomes da Silveira	RS
Priscila Julyete Coutinho Correia Lima	CE	Roberto Rodrigues Simon	SC
Priscilla Duarte Lemos	CE	Robson Eduardo Paiva	CE
Priscilla Frota Barcelos	CE	Robson Freitas Correa	TO
Rafael Uitalo de Lima Pimenta	CE	Robson William Silva Abreu	CE
Raimundo Marcelo Carvalho da Silva	CE	Rodrigo Benevides dos Santos	CE
Raimundo Nonato da Silva Souza	PA	Rodrigo Rodrigues de Miranda	CE
Raimundo Nonato Nunes Ramos	MA	Romeu Duarte	CE
Raísa Braga Honorato de Oliveira	CE	Romildo Araújo de Carvalho Junior	PE
Raíssa Almeida Lima	CE	Rômulo de Moura Cardoso	CE
Raíssa Gomes Bastos Capibaribe	CE	Ronaldo de Lima	SC
Ramon Alexandre Rocha de Brito	CE	Ronaldo Ferreira Ramos	MS
Raphael Vieira Leite	CE	Ronaldo Moreira Marques	MG
Raquel Araujo Barros	CE	Ronaldo Navarro Gondim	CE
Raquel Barros Carvalho	CE	Rosana Ferrari	SP
Raquel Beatriz Silva Dias	RN	Rosana Oppitz	RS
Raquel Medeiros Araújo	PB	Rosaria Carvalho dos Santos	TO
Raquel Pessoa Morano	CE	Rosilene Guedes Souza	MG
Raquel Ribeiro de Brito	CE	Rui Lameiro Ferreira Junior	MS
Raquelson Lins	RN	Sabrina de Araujo Alves	CE
Raul Barroso Moreira	CE	Saionara damasceno Nobre	CE
Raul Bezerra Dantas	CE	Samanda Nogueira	CE
Raul Nobre Martins Junior	BA	Samara de Oliveira Moura	CE
Rávany Cordeiro de Morais	CE	Samaria Rosa de Souza	MS
Ravena Ueina de Lima Pimenta	CE	Sâmela Maresa Duarte	CE
Rayanne de Sousa Martins	CE	Samille Saraiva Tavares	CE
Rayssa Felicio Lage	BA	Samuel Bertrand Melo Nazareth	CE
Rebeca Mesquita Ferreira Gomes	CE	Samuel Braga da Silva	CE
Rebecca Ellen Magalhaes Araujo	CE	Samuel Matheus Girão Gomes	CE
Rebeka Cristiane de Almeida Alves	PE	Sanderland Coelho Ribeiro	PI
Rebeka Sousa Lucena	CE	Sandro Henrique Gomes Miranda	CE
Regina Coeli Catunda Pinto de Aguiar	CE	Sandy Lima Pinto	CE
Reginaldo Peronti	SP	Sara Ferreira Barros	TO
Reginaldo Rodrigues da Silva	AC	Sarah Bastos de Macedo Carneiro	CE

NOME COMPLETO	UF	NOME COMPLETO	UF
Sarah Silva Mateus	CE	Ully Moreira Meneses	CE
Sebastião Dias de Carvalho Neto	CE	Valéria de Oliveira Raulino	CE
Sérgio Roberto Coelho Souza	CE	Valeska Maria Honorato Nobre	CE
Shaiane Gomes Viana	CE	Vanessa Duarte de Oliveiar	CE
Sienna Vera Alves Macedo	CE	Vanessa Neves Maziero	CE
Silvia Monteiro Barakat	RS	Vanessa Trindade de Lima	CE
Simone Andrade Rabêlo	CE	Vanessa Victor Araújo Ribeiro Silva	PI
Sofia Carvalho Cavalcante	CE	Vania Lima Araripe	CE
Sonia Suzete Roese	SC	Verônica C. Rodrigues Sales	CE
Sophia Montenegro Ramos Tavares	CE	Verônica Fonseca Lago de Sousa	MG
Stelio Saldanha Santa Rosa	PA	Verônica Queiroga Guitton	PB
Stella Bufon Brandolise	SP	Vicente Lopes Gondim Neto	CE
Stephane de Sousa E Silva Maia	CE	Vicktória Oliveira Barros	CE
Stephany Janaine Pereira	RN	Victor Campos Craveiro	CE
Stephany Ohara Celeste Aguiar de Brito	CE	Victor Chinaglia Junior	SP
Sthefanni Bufaiçal de Azevedo	GO	Vinicius de Carvalho Almeida	CE
Stiven Patric Santos Gomes	CE	Vitor Freitas Santana Arruda	CE
Suellen Nayara Barbosa Alves de Sousa	CE	Vitor Vasconcelos Viana	CE
Suyanne Mirella Abreu Alves	CE	Vitoria Regia Viana Araujo	CE
Suzy Éva Paes Pinheiro	PA	Vivianne Silva Matos	CE
Sydnei Dias Menezes	RJ	Walnice Helena Zuffo	SP
Sylyanne Braz de Lima	CE	Walquiria Lemos de Almeida	CE
Taila Falleiros Lemos Schmitt	PR	Walquiria Mahybe Guerreiro Rodrigues	CE
Tainan de Vasconcelos	CE	Walter Felipe Souza Vasconcelos	CE
Talita Caminha Matos	CE	Webster Rosendo Santiago	CE
Talita Duarte Galdino	CE	Wellington de Souza Veloso	PA
Talita Saraiva Viana	CE	Wendya dos Santos Soares	RN
Tálya Suyanne de Lima Vieira	CE	Wesley Soares dos Santos	CE
Talyta Pontes Martins	CE	Willames Pereira de Lima	CE
Tatiane Paixão Vieira de Freitas	CE	Wilson Jeova Freire Maia de Oliveira	CE
Tatyana Rodrigues Farias	CE	Yara Susy de Oliveira Barreto	CE
Taysa Alves Cardoso	CE	Yvana Coutinho de Oliveira	CE
Thaiane Gabrielle de Sousa Paiva	CE	Zilsa Maria Pinto Santiago	CE
Thais da Silva Machado	RJ	Zoracy Parra da Motta	RJ
Thais Freitas Alencar	CE		
Thales Elias Moura	CE		
Thales Luan Lopes Bezerra	RN		
Thalyson Primo	DF		
Thereza Christina Bordinhão Magalhães da Rocha	RJ		
Thiaggo Queiroz Vieira Souza	CE		
Thiago da Cruz Santos	SE		
Thuane Maria Sousa de Araújo	CE		
Thuany Guedes Medeiros	PB		
Tiago Holzmann da Silva	RS		
Tiago Oliveira de Sousa	CE		
Tiago Souza Soares	CE		
Tony Marcos Malheiros	DF		
Tupi Rodrigues Cunha	SP		

ORGANIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO

Comissão Organizadora

Haroldo Pinheiro – Presidente do CAU/BR
Antônio Francisco de Oliveira - Representante da Comissão de Exercício Profissional
Claudia Teresa Pereira Pires – Representante da Comissão de Planejamento e Finanças
Celso Costa – Representante da Comissão de Organização e Administração
Jeferson Salazar – Representante do Colegiado das Entidades Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas
Marcelo Augusto Costa Maciel – Representante da Comissão de Ensino e Formação
Napoleão Ferreira da Silva Neto – Representante da Comissão de Ética e Disciplina

Equipe Técnica

Daniela Demartini – Assessora-chefe do Plenário e Órgãos Colegiados
Cristina Queiroz – Secretária de Eventos
Edson Mello – Gerente Técnico
Júlio Moreno – Assessor de Imprensa
Leonardo Echeverria – Assessor de Comunicação
Tânia Maria Silva – Secretária-Executiva

Relatoria

João Edmundo Bohn Neto (coordenador)
Cileide Marreta
Clélia Carvalho
Daniele Gondok
José Mauro Gabriel
Micheline Paiva

Edição e Revisão do Relatório Executivo

Júlio Moreno
Leonardo Echeverria
Amanda Cunha
Emerson Fraga

CONSELHOS DE ARQUITETURA E URBANISMO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO (Gestão 2011-2014)

CAU/AC	Edfa Viviane Xavier da Rocha	CAU/PA	Adolfo Raimundo Lopes Maia
CAU/AL	Daniel de Gouvêa Lemos	CAU/PB	Cristina Evelise Vieira Alexandre
CAU/AM	Jaiime Kuck	CAU/PE	Roberto Montezuma
CAU/AP	José Alberto Tostes	CAU/PI	Sanderland Coelho Ribeiro
CAU/BA	Jandira França (titular) Guivaldo D'Alexandria Baptista (em exercício)	CAU/PR	Jeferson Dantas Navolar
CAU/CE	Antônio Luciano Guimarães	CAU/RJ	Sydney Dias Menezes
CAU/DF	Alberto Alves de Faria	CAU/RN	Raquelson dos Santos Lins
CAU/ES	Tito Augusto Abreu de Carvalho	CAU/RO	João Alves de Lacerda
CAU/GO	John Mivaldo da Silveira	CAU/RR	Pedro Hees
CAU/MA	Hermes Fonseca Neto	CAU/RS	Roberto Py Gomes da Silveira
CAU/MG	Joel Campolina	CAU/SC	Ronaldo de Lima
CAU/MS	Oswaldo Abrão de Souza	CAU/SE	Karinne Santiago Almeida
CAU/MT	Claudio Santos de Miranda	CAU/SP	Afonso Celso Bueno Monteiro
		CAU/TO	Lucas Rodrigues Dantas

CEAU - Colegiado Permanente das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL



A sede do CAU/BR está localizada no SCS Quadra 02, Bloco C, Lote 22 Ed. Serra Dourada,
Salas 401/409 - CEP: 70.300-902 - Brasília/DF. Fone (61) 3204-9500

www.caubr.gov.br